

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 076

PRESIDENTE - DEPUTADO SILVAL BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Audiência Pública.

Queremos cumprimentar todos e todas. Obrigado pela presença.

Informo à plenária que esta Audiência Pública foi requerida pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e também pela Comissão de Constituição e Justiça, com a finalidade de discutir a peça orçamentária, o Orçamento de 2006.

Já se encontram em nossa Mesa o Deputado Sérgio Ricardo e a Deputada Verinha Araújo.

Convido também o Deputado Zeca D'Ávila e o Sr. Yênes Jesus de Magalhães, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Registramos a presença do Secretário Adjunto, Sr. Arnaldo.

Informo a todos que esta Audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembléia, Canal 36 e está sendo toda registrada, não só em vídeo, mas também registrada em Ata pelo nosso Serviço de Taquigrafia. Estão aqui as nossas taquígrafas, as nossas secretárias. Muito obrigado pela presença.

E também convido o Dr. Francisco Monteiro, nosso Consultor Jurídico para participar da Mesa.

Eu indago dos senhores Deputados e da senhora Deputada se alguém quer fazer uso da fala neste momento ou passo a palavra ao Secretário Yênes Magalhães para fazer a exposição da peça orçamentária? (PAUSA).

Com a palavra, o Deputado Sérgio Ricardo.

O SR. SÉRGIO RICARDO - Eu quero cumprimentar o Sr. Presidente, o Deputado Zeca D'Ávila e a Deputada Verinha Araújo; o Secretário Yênes Magalhães e lhe desejar uma ótima explanação, porque, na realidade, vai-se falar aqui hoje sobre uma peça importante para o Estado de Mato Grosso para o ano que vem, que é o Orçamento, sobre o que e como o Estado vai investir no ano que vem.

E aqui eu quero cumprimentar todos os servidores do Poder Judiciário, que estão aqui em peso, eu diria. É importante que vocês tenham a compreensão que esta é a Casa do Povo e aqui realmente é que os senhores e senhoras têm que estar para discutirem os seus interesses, o futuro de cada um e de suas famílias.

Então, eu quero dizer que essa sempre foi e tem sido a função da Assembléia Legislativa nesta legislatura. Nós já temos o conhecimento das suas reivindicações. E gostaria de dizer que esta Casa vai discutir com vocês, esta Casa vai encaminhar da melhor maneira possível para que consigam ter aquilo que estão reivindicando. É importante que estejam aqui porque o que vamos discutir hoje é do interesse de todo Mato Grosso e, automaticamente, de vocês.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu quero registrar a presença do Sr. Valdir Serafim, que é Coordenador de Planejamento do Tribunal de Justiça. E também do Sr. Rosenwal Rodrigues dos Santos, que é Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário.

Registramos a presença da Comissão de Aposentados da Polícia Militar.

Agradecemos a todos e, de uma forma muito especial, a presença dos servidores do Poder Judiciário, que vieram prestigiar esta Audiência Pública. Conhecer... É lógico que estão na luta pela melhoria dos salários, na busca da recomposição dos salários (PALMAS).

Há pouco nós recebemos a Comissão, que já esteve no meu gabinete na semana passada. Nós já marcamos uma reunião, logo após a Audiência Pública, com o Dr. José Mauro Bianchini, que estará aqui, então, ouvindo as reivindicações, intermediada por uma comissão dos Srs. Deputados.

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde, Sr. Presidente, colegas Deputados, Secretário Yênes, Arnaldo, que é Secretário Adjunto de Planejamento.

Boa-tarde a todos os servidores e servidoras do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Gostaria de dizer que vocês são bem-vindos a esta Casa, senti falta de vocês este ano aqui. No ano de 2003, 2004, vocês se fizeram mais presentes.

Eu acho que a falta de ver vocês aqui durante o ano está refletida na grande presença, hoje. Então, sejam bem-vindos!

Gostaria de dizer que o Orçamento do Tribunal de Justiça é um dos orçamentos que mais cresceu nos três últimos anos, enquanto que o Orçamento do Estado cresceu 110%, e do Tribunal cresceu 147%.

Então, o problema não é falta de recurso, nós precisamos discutir isso e, de fato, alocar as reivindicações de vocês.

Depois, ao longo dos debates, nós estaremos trabalhando isso, mas podem contar com esta Parlamentar para as reivindicações e conquistas que vocês são merecedores e merecedoras. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Então, vamos passar a palavra ao Secretário Yênes Jesus de Magalhães para fazer a exposição do Orçamento a todos os Srs. Deputados e Deputada e a todos os senhores presentes.

Convido o Deputado Eliene para compor a Mesa.

Com a palavra, o Secretário Yênes Jesus de Magalhães.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Boa-tarde a todas as senhoras e senhores presentes; Sr. Presidente, Deputado Silval Barbosa; Deputado Zeca D'Ávila; Deputado Sérgio Ricardo; Deputada Verinha Araújo, Deputado Eliene.

Mais uma vez, é um prazer muito grande estar numa Audiência Pública discutindo o Orçamento do Estado.

Deputado Silval Barbosa, Deputado Eliene, os senhores que estiveram juntamente comigo lá em Quatro Marcos, já quero trazer alguns encaminhamentos que eu dei depois da Audiência de ontem.

Hoje, pela manhã, eu tive uma reunião com a Secretária Ana Carla, ela já chamou a equipe para ver o que pode ser feito em relação àquela questão do fechamento da Escola Rural Joaquim Paiva, lá em Quatro Marcos. E também conversei, pela manhã, com o Secretário Augustinho, Secretário de Saúde, em relação às reivindicações.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O Dr. Antonio, Prefeito de Quatro Marcos, disse naquela oportunidade... Ele é Presidente do consórcio e, da forma como ele colocou, parecia que era tanto tempo, o consórcio foi fechado, firmado, quinta-feira da semana passada. Então, ele só começa a operar a partir de 1º de janeiro de 2006. E o Secretário Augustinho já tem o comprometimento de, no mês de janeiro, repassar os recursos necessários para aquele novo consórcio.

Em relação à questão da ambulância, ele também já vai tomar os encaminhamentos.

Então, ontem foram feitas essas duas reivindicações. A outra, eu não consegui falar de manhã com o Secretário Célio Wilson, que é a questão da segurança pública. Foram as três maiores reivindicações feitas, ontem à noite, lá em Quatro Marcos.

Eu vou tentar ser ainda mais transparente, mais claro, em relação ao que nós apresentamos na noite de ontem em São José dos Quatro Marcos.

Na verdade, para os senhores e para as senhoras que estão aqui presentes, nós vamos tentar mostrar o Orçamento do Estado de duas formas: Primeiro, as fontes de receita que nós temos, comparado, assim, que seria como uma conta-corrente num Banco, ou mesmo um salário que recebemos e que você tem as fontes de arrecadação, e vamos apresentar as despesas que o Estado de Mato Grosso tem hoje. Quando eu falo Estado de Mato Grosso são todos os Poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e também o mais novo Poder constituído, que é a Defensoria Pública.

Por favor, Arnaldo.

Então, o Orçamento previsto inicial que foi entregue à Assembléia Legislativa no dia 30 de setembro era de seis milhões, quarenta cinco milhões de reais. Nós sabemos que a proposta, hoje, não é essa, mas eu tenho que iniciar exatamente com ela, porque foi ela que entrou na Casa no dia 30 de setembro.

Nós temos receita da administração indireta, que são arrecadações das nossas empresas, autarquias, num total de trezentos vinte quatro milhões.

E aqui, na segunda coluna, linha amarela, nós temos o Tesouro, que seriam R\$5.721.000.000,00, que somados com os R\$320.000.000,00 chegamos ao total de R\$6.045.000.000,00.

Depois nós temos: o primeiro repasse feito do Orçamento do Estado é para os municípios. Então, dá um total de R\$1.055.000.000,00. E a receita do Estado passa a ser de R\$4.665.000.000,00.

Os R\$4.665.000.000,00 são retirados de três formas, as transferências a Fundos - temos o FUNJURIS, que é do Tribunal de Justiça, o FUNJUS, da PGE, o Fundo Agrário, o Fundo de Desenvolvimento do Esporte, o Fundo de Desenvolvimento da Fazenda, o Fundo do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, o Fundo da Segurança Pública, o Fundo do Corpo de Bombeiros e o Fundo Social -, dando um total, todos esses Fundos, de R\$116.000.000,00, totalizando 1,93% do total.

Tivemos os Fundos, agora teremos as vinculações, vinculações constitucionais. Nós temos a saúde, que é em duas etapas, saúde constitucional, quer dizer, o que retira do orçamento do próprio Estado, que são R\$429.000.000,00 e saúde e transferências que vêm do Governo Federal, que é de R\$143.000.000,00.

A educação, também constitucional, do Orçamento do Estado R\$738.000.000,00 e da educação que vem através do Governo Federal, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação R\$13.427.000,00.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Temos o FETHAB, R\$358.000.000,00; a UNEMAT, que é a nossa universidade, R\$77.000.000,00; a FAPEMAT para a qualificação profissional através do CEPROTEC, porque nós temos uma outra qualificação profissional feita pela Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, que é apenas com parceria - esse aqui é constitucional, retirado do Orçamento do Estado direto -; e o FEED, que é Fundo Estadual de Ensino Profissionalizante, que dá um total de R\$29.000.000,00.

Então, nós temos as vinculações de Fundo, as vinculações constitucionais e outras vinculações, que são convênios.

Isso aqui é previsão de convênio com o Governo Federal para o ano que vem de R\$46.000.000,00.

Inativos e pensionistas da divisão de Mato Grosso, ainda R\$17.957.000,00. Mato Grosso ainda paga os inativos e pensionistas da época da divisão do Estado. Está havendo uma negociação com o Governo Federal, e ele deve ressarcir Mato Grosso neste momento. Devido a divisão já era para o Governo Federal ter encampado 100% dos inativos e pensionistas.

Indústria e Comércio, Secretaria de Infra-Estrutura. Isso aqui é a CIDE, que é a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, que vem direto para aplicação nas rodovias. METAMAT, INTERMAT, Defensoria Pública, Agricultura e contribuição para a Previdência Social, dando um total de R\$294.000.000,00. Então, nós pegamos essas vinculações, mais os fundos e as vinculações constitucionais, e nós temos um total de R\$2.202.000.000,00.

Daquele total que sobrava da receita líquida ao Tesouro, R\$4.665.000.000,00, menos essa penúltima de R\$2.202.000.000,00 - é o que chamamos de Fonte-100; é o que o Governador tem para poder trabalhar o Estado sem essas vinculações -, dá um total de R\$2.463.000.000,00.

Então, aqui nós temos esse primeiro quadro, como que ele representa, pessoal e encargos sociais do Executivo, R\$828.000.000,00. A dívida pública, previsão para se pagar no ano que vem, R\$640.000.000,00. Os outros Poderes - aqui estão a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública -, um total de R\$628.000.000,00. Outras Despesas Correntes, R\$125.000.000,00. Encargos Gerais do Estado - aqui nós temos o PIS, PASEP, COFINS; temos também os Sistemas Corporativos do Estado da Secretaria de Fazenda, que é o Sistema Financeiro, a Secretaria de Planejamento, o Sistema Orçamentário e a Secretaria de Administração que são os Recursos Humanos -, dá um total de R\$118.000.000,00. A reserva de contingência, que é uma obrigação legal, R\$92.000.000,00. Uma previsão de investimento de R\$26.000.000,00. Inversão financeira, que é para a MT FOMENTO, de R\$2.160.000,00.

Então, esse quadro é o mesmo valor: R\$2.463.000.000,00, mas aqui nós já mostramos o que ele representa nesta Fonte-100. Então, nós temos: Pessoal representa 33% desse total de R\$2.463.000.000,00; a dívida pública, 26%; outros Poderes, 25%. Automaticamente perfazendo um total de 100%, que é a Fonte 100.

Aqui é o comparativo que nós estamos trazendo, Srs. Deputados. Quero cumprimentar também o Deputado Riva que chegou, neste momento, Deputado Carlão Nascimento.

A receita do Estado é classificada, a sua aplicação, por função também. Então, nós temos a função social, a infra-estrutura, a produção, os recursos naturais com esses valores.

Então, nós tivemos no ano de 2005 a função social, que é atendimento direto ao cidadão. Daquele total da Fonte 100, 41,65% foram aplicados no social. Para o ano de 2006, nós estamos com a previsão de 42,14%. Infra-Estrutura, 7,08%, vai diminuir um pouco para 7,04%. Produção, 2,60% para 2,86%. Recursos Naturais e Meio Ambiente, 0,68% para 0,78. Outros Poderes, que no ano de 2005 foi de 9,76%, vai passar em 2006 para 10,01%. Na Administração

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Geral houve uma queda que é a área meio, área sistêmica, 5,87%. Quer dizer, ela se manteve logicamente o mesmo valor sem haver incorporação, por exemplo, se fôssemos atualizar os números. Nos Encargos Gerais do Estado houve uma diminuição de 30% para 29%. E a Reserva de Contingência que era 1,51% foi para 1,54%.

Essa aqui já é uma aplicação da proposta de 2006, detalhada já na área social, que é 42%. Nós temos Segurança Pública, R\$516.855.000,00; Assistência Social, R\$13.000.000,00; Previdência Social, R\$629.000.000,00; Saúde, R\$593.000.000,00; Trabalho, R\$15.000.000,00; Educação, R\$748.000.000,00; Cultura, R\$17.000.000,00; Direito da Cidadania, R\$4.000.000,00; Desporto e Lazer, R\$8.939.000,00. Então, dá um total de 42% da área Social.

A área instrumental, que é trezentos e cinquenta e quatro milhões de reais, nós temos: Administração, trezentos e trinta e nove milhões de reais e a Administração de todo o Estado, não é só a Secretaria de Administração. E, Comunicação, quinze milhões, seiscentos e trinta e seis mil reais.

Aqui a área econômico e ambiental, um total de R\$645.000.000,00 que representam 10,68% da Fonte-100. Nós temos: Habitação, R\$32.000.000,00; Saneamento, R\$641.000,00; Transporte, R\$290.000.000,00; Urbanismo, R\$101.000.000,00; Comércio e Serviço, R\$10.000.000,00; Ciência e Tecnologia, R\$19.000.000,00; Organização Agrária, R\$9.000.000,00; Agricultura, R\$79.000.000,00; Indústria, R\$39.000.000,00; Energia, R\$13.000.000,00; Gestão Ambiental, R\$47.000.000,00; e os Poderes, R\$604.000.000,00, que dão 10,01%. Nós temos o Legislativo, que é a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas, R\$109.000.000,00; o Judiciário, que é o Tribunal de Justiça, R\$311.000.000,00; essencial à justiça, que é o Ministério Público, R\$102.000.000,00; encargos especiais, aqui o maior volume é a dívida pública que dá um R\$1.799.000.000,00; e reserva de contingência, hoje, R\$92.000.000,00.

Então, agora nós vamos apresentar o resumo geral da despesa do Estado: despesas correntes, R\$4.735.000.000,00; despesas de capital, R\$4.735.000.000,00; mais outras fontes, R\$257.000.000,00; num total de R\$4.992.000.000,00.

Despesas de capital, R\$892.000.000,00, mais R\$67.000.000,00 de outras fontes, dando um total de R\$959.000.000,00.

Investimentos, inversões financeiras, amortização, estão todas nesse total das despesas de capital.

Reserva de contingência, R\$92.000.000,00. Então, a soma dessa despesa total, quer dizer, das despesas correntes, capital, reserva de contingência, dá um total de R\$5.721.000.000,00 do Tesouro; e arrecadação de outras fontes, R\$324.000.000,00, dando um total, como eu apresentei no começo, de R\$6.045.000.000,00.

Ontem, nós tivemos a oportunidade, Deputado Sérgio Ricardo, Deputada Verinha Araújo, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Riva, Vossas Excelências não puderam estar ontem lá em São José dos Quatro Marcos, mas nós fizemos questão de apresentar esse quadro que é fruto de um trabalho nosso. Mas eu quero enaltecer a cobrança da Assembléia Legislativa, para que as ações do Governo pudessem ser regionalizadas no Orçamento.

Então, houve uma evolução muito grande, Deputada Verinha Araújo, em 2004, do Orçamento de 2004, R\$102.000.000,00 estavam regionalizados. Em 2005, foi aquele trabalho que nós fizemos, pedimos aquele prazo para Vossas Excelências e fizemos a regionalização dos investimentos somente da saúde, educação e FETHAB, foram R\$200.000.000,00.

Nós tivemos agora, na previsão de 2006, R\$704.000.000,00 do Orçamento já 100% regionalizado. Então, houve um incremento, na verdade, de 251% da regionalização do Estado, que é um trabalho que Vossas Excelências cobraram muito. Este ano nós aproveitamos essa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

cobrança para que pudesse fortalecer o Governo no sentido de que todos os órgãos fossem obrigados a trabalhar com a regionalização.

Arnaldo, volte aquele quadro, só um pouquinho.

Aqui quero chamar a atenção para a nossa região, aqui da Baixada Cuiabana, que é a região seis, a sul, onde foram regionalizados em 2004 R\$43.000.000,00; 2005, R\$92.000.000,00; e agora, em 2006, nós temos R\$240.000.000,00 regionalizados aqui para a Baixada Cuiabana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vamos apresentar agora a Mensagem Modificativa.

Infelizmente, nós estamos passando pela crise no agronegócio, a crise na madeira, a Operação Curupira. Quer dizer, são coisas que afetam a arrecadação do Estado. Nós tínhamos uma previsão, quando apresentamos à Assembléia Legislativa aquele orçamento proposto de R\$6.045.000.000,00, que foi feito no mês de junho. Só que no mês de julho nós começamos a ter queda na arrecadação. Foi o primeiro mês que não conseguimos zerar o orçamento de ICMS.

Nós realizamos o orçamento nos meses de julho, agosto e setembro, por causa do Fundo de Participação do Estado, Imposto de Renda e outras fontes. Na verdade, o ICMS, desde o mês de julho, começou a cair. De R\$15.000.000,00 passou para 25, 38, 49. Hoje estamos com uma perda, algo em torno de R\$60.000.000,00 no mês de novembro do ICMS do Estado. Daí sermos obrigados, e tem que ser ressaltada a parceria que existe hoje entre os Poderes no Estado de Mato Grosso, porque legalmente deveria ser aprovado o orçamento de R\$6.045.000.000,00, cumprindo a previsão da LDO, mas na verdade quando você tem uma queda brusca na arrecadação, o Governador Blairo Maggi sentou com todos os Chefes de Poderes, e aí o Presidente Silval Barbosa e o Deputado Riva, 1º Secretário, participaram dessa reunião, e houve uma aceitação de todos os Chefes de Poderes de trabalharmos com o contingenciamento do orçamento. Não significa que ele não vá realizar, significa que é uma precaução que o Estado está tomando, principalmente em relação aos municípios, porque a maioria dos nossos municípios vive do Fundo de Participação dos Municípios e caso mantenhamos os números que não estão ocorrendo no presente momento, corre-se o risco de chegar lá na frente e o prefeito fazer uma previsão de gasto e ele não vai ter essa receita. Então, essa foi a maior preocupação do Governador Blairo Maggi e houve a aceitação de todos os Chefes de Poderes de rever o orçamento, estabelecendo esse contingenciamento.

Por favor, Arnaldo.

Então, nós temos na primeira coluna ali o Projeto de Lei que foi entregue à Assembléia Legislativa, 2006, dos R\$6.045.000.000,00. Nós temos a primeira previsão da queda que foi de R\$460.000.000,00 do ICMS, que foi entregue também à Assembléia Legislativa. Depois, por último, nós tivemos uma queda maior de R\$135.000.000,00 que é do fundo de exportação e do ressarcimento da exportação de Mato Grosso que é da Lei Kandir.

Infelizmente, a previsão nesse ano de que Mato Grosso deveria receber da Lei Kandir, do fundo de exportação, dos novecentos milhões, seriam repassados R\$135.000.000,00 para Mato Grosso pelo Governo Federal. Para o ano que vem nem esses R\$135.000.000,00 estão garantidos, uma vez que o Presidente da República vetou na LDO os R\$135.000.000,00 que estavam previstos. Então, se vir, ele vira de outra forma, porque não pode, a partir do momento que foi vetado na LDO não pode mais colocar no orçamento. Então, o Governador Blairo Maggi, junto com os outros Governadores dos outros Estados, produtores, melhor dizendo, estão discutindo com o Presidente da República uma forma de ressarcir o Estado, porque Mato Grosso contribui e muito na balança comercial, é o Estado que mais exporta hoje no agronegócio. Como a exportação é isenta de imposto, a Lei Kandir garante esse ressarcimento para a produção de Mato Grosso e, infelizmente, ela não está sendo cumprida. Esse ano vão ser cumpridos esses R\$135.000.000,00,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

mas para o ano que vem nem R\$135.000.000,00 vão ser cumpridos do total de R\$900.000.000,00 que Mato Grosso deveria receber do Governo Federal.

Então, daí nós fazemos esse novo contingenciamento total de R\$595.000.000,00. Esse contingenciamento vai afetar a receita de várias formas. Nós começamos ali, a receita total diminui automaticamente. É uma redução de 10,24%. Depois, nós temos a receita da administração indireta, o que ela vai representar em cada uma. Eu vou passar mais a frente que fica mais fácil para entender.

Aqui na penúltima linha, nós temos transferência dos municípios. Então, o Estado deveria repassar naquele orçamento de R\$6.045.000.000,00, R\$1.055.000.000,00 a 141 municípios mato-grossenses. Com esse contingenciamento, o Estado passará R\$940.000.000,00. Os municípios perdem automaticamente R\$115.000.000,00 de repasse do Governo do Estado para o Fundo de Participação dos Municípios.

Aqui nós temos os fundos também todos com diminuição, que ocorre ora pela queda do ICMS, ora pela perda da Lei Kandir. Aqui também são as vinculações.

A saúde, por exemplo, a primeira que era de 429 cai para R\$388.000.000,00.

A transferência do Governo Federal se mantém porque a queda é no ICMS e na Lei Kandir. Aqui não se altera.

Na educação, de R\$738.000.000,00 caiu para R\$656.000.000,00. Então, tem uma queda de 11%. E mais quatro milhões da Lei Kandir que a educação perde.

Em relação à transferência do Governo Federal, ela se mantém.

O FETHAB, de trezentos cinquenta oito milhões cai para trezentos quinze milhões. A UNEMAT, de setenta sete milhões, cai para sessenta oito milhões. A FAPEMAT, o CEPROTEC e FEPE, que é o Fundo Estadual de Ensino Profissionalizante, cai de vinte nove milhões para vinte oito milhões.

Aqui é a continuidade dessas perdas, como elas acontecem em cada setor. Eu vou me ater mais ao próximo quadro.

Bom, aqui nós temos do total que estava previsto da receita disponível, que eram dois bilhões, quatrocentos sessenta três milhões, que seria o que iríamos trabalhar com todos os Poderes, e cai para dois bilhões, cento trinta nove milhões. Então, tem uma queda de 13,16%. Mais à frente nós vamos mostrar que aumentamos essa queda para o Executivo para garantirmos um incremento a mais, algo em torno de cinco milhões para os Poderes Constituídos.

Aqui nós temos o que representa, por exemplo, no Tribunal de Justiça. Nós fizemos... A primeira tabela é do valor integral, do jeito que estava, de seis bilhões, quarenta cinco milhões. Então, o Tribunal de Justiça teria ao todo trezentos oito milhões de reais; a Assembléia Legislativa teria cento trinta seis milhões; o Tribunal de Contas teria cento doze milhões; o Ministério Público teria cento vinte milhões, dando um total de seiscentos setenta sete milhões. Com o contingenciamento de quinhentos noventa cinco milhões, que é esse quadro debaixo; o Tribunal de Justiça... Nós fizemos aquela primeira apresentação, onde eu disse que a perda dos Poderes seria de 13,16%. E, na verdade, foi feita uma proposição pelo próprio Tribunal de Justiça para que pudessemos vincular não de forma única os 13,16%, mas que cumpríssemos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é receita corrente líquida para pessoal, que são 6% para o Judiciário; 1,77% para a Assembléia Legislativa; 1,23% para o Tribunal de Contas; 2% para o Ministério Público, dando um total de 11%. Quando nós fizemos esse cálculo de vincular o que a Lei de Responsabilidade Fiscal amarra, que são 6% para o Judiciário, nós, automaticamente, pegamos aquele total de trezentos oito milhões e tiramos o que representava. Então, nós pegamos 6%, cumprindo, pela primeira vez o Estado cumpre integralmente, com a Lei de Responsabilidade Fiscal

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

para os Poderes em relação a pessoal. E em relação a custeio e investimento ficou uma proposição do Executivo, que foi aceita na discussão com os Poderes, da Fonte 100.

Então, nós temos, em havendo aumento de arrecadação ou queda de arrecadação, ele vai ser distribuído para os poderes conforme esse percentual.

Tribunal de Justiça, se tiver incremento na arrecadação, tem 6% a mais para pessoal, tem 0,94% para custeio e 0,27% para investimento da Fonte 100.

O próximo quadro, Arnaldo.

Aqui, nós estamos apresentando as perdas que ocorreram para os municípios, como eu falei, cento quinze milhões; para a educação, dá um total de cento um milhões; ensino Superior, nove milhões a queda; FAPEMAT, três milhões; saúde, quarenta um milhões; e, indisponível, trezentos vinte quatro milhões, que é para podermos adequar ao restante do Orçamento as perdas que ocorrem no Executivo.

Por favor, Arnaldo.

Nesse quadro, nós estamos apresentando o total da Fonte 100, que é de dois milhões, quatrocentos sessenta três inicial, com um contingenciamento de trezentos vinte quatro milhões da Fonte 100. Nós ficamos com um total de dois, cento trinta nove... Então, essa é a receita disponível da Fonte 100 para o Governo do Estado poder trabalhar.

E como eu estava dizendo, ainda tem esse ponto de 16%... E Executivo e Defensoria Pública - porque a Defensoria foi tratada diferentemente nesse momento, uma vez que ela tinha uma necessidade a mais, o Governador reconheceu... E a Defensoria que deveria ter um orçamento de onze milhões, ela ficou com um orçamento de dezesseis milhões.

Então, nós temos... Aqui é a queda do FETHAB, soja, gado, combustível, madeira e algodão, de um total de trezentos cinquenta oito, cai para trezentos quinze milhões.

Este é um quadro que eu gostaria de estar apresentando, principalmente, aos Srs. Deputados, porque ele aqui, Deputada Verinha Araújo, nós mostramos, nessa segunda coluna daqui para lá, a diferença são os números que somos obrigados a manter e que temos que tirar de alguma forma do Executivo. Então, nós temos a reserva de contingência: Inicial, era noventa dois milhões... O contingenciamento cairia para oitenta milhões, mas, na verdade, ela precisa de oitenta dois milhões para ficar com o valor da Fonte 100 de dois milhões, cento trinta nove milhões. Então, nós ficamos com um número negativo de dois milhões, duzentos noventa seis da reserva de contingência. Os outros poderes que era seiscentos dezesseis milhões, que era 13,16, nós caímos, diminuímos para quinhentos trinta nove.

Essa perda, nós estamos trazendo para o Executivo, que são quatro milhões, seiscentos cinquenta dois milhões. A Defensoria Pública que era onze, ficou em dezesseis, então, seis milhões negativos também. Inversão financeira, duzentos oitenta quatro mil. E pessoal do Executivo, que é oitocentos vinte oito milhões, deveria cair para setecentos dezenove, mas pessoal não tem como cair. Então, pessoal nós somos obrigado manter os oitocentos vinte oito. Nós ficamos com um negativo de cento nove milhões para pessoal do Executivo.

A dívida pública de seiscentos quarenta, caiu para seiscentos vinte. Então, há uma necessidade de mais sessenta quatro milhões para o pagamento da dívida pública.

Na verdade, nós temos aqui, neste valor de investimento de vinte três milhões e outras despesas correntes, o positivo: duzentos dez milhões. Mas nós temos o negativo aqui, que teve que atender reserva de contingência, os poderes, Defensoria, pessoal do Executivo, dívida pública, de cento oitenta sete milhões. A diferença entre duzentos onze, mais vinte três, que dá duzentos trinta quatro milhões, menos cento oitenta sete, o Executivo, hoje, o Governo do Estado,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

tem quarenta sete milhões para todo custeio da máquina e para investimento. Quer dizer, não há investimento. Não há investimento. Nós temos quarenta sete milhões.

Ontem, Deputado Riva, lá em São José dos Quatro Marcos, eu pedi perdão ao Srs. Deputados, ao Sr. Governador, de público, porque, na verdade, eu acabei dando uma entrevista antes da conversa entre o nosso Governador e os Srs. Deputados, que o acordo que tinha e que o Governador me determinou, que era para colocar os quarenta oito milhões de emendas para os Srs. Deputados, nós não encontramos como colocar, uma vez que sobra no Orçamento do Estado quarenta sete milhões, e precisaríamos de quarenta oito milhões para as emendas dos Deputados. Então, nós não conseguimos colocar por causa do contingenciamento.

Nós esperamos, realmente, que o contingenciamento sirva como base, mas entendemos - e aí eu sei que nós vamos ter oportunidade de ouvir o Deputado Riva falar daqui a pouco... Nós já chegamos ao fundo do poço. A meu ver, dificilmente vamos baixar mais do que isso.

Então, todos os esforços estão sendo feitos no sentido de que possamos melhorar essa arrecadação. Então, esse número de que é noventa cinco, é o mínimo.

Nós precisamos aumentar para que possamos ter uma folga aqui e todos os poderes, também, porque, como eu disse, está vinculado tanto à receita corrente líquida para pessoal e a Fonte 100 para custeio e investimento.

Então, é dessa forma que vamos poder atender a reivindicação não só dos poderes, mas, principalmente, dos Srs. Deputados.

Eu agradeço a oportunidade que nos deram e me coloco à disposição dos Srs. Deputados, dos senhores aqui presentes.

É muito difícil para o Secretário de Planejamento. E eu sempre brinco com os meus colegas Secretários, porque nós somos 21 Secretários, eu sempre digo que o Governador paga 20 para trabalhar e 1 para sonhar. E esse um que ele paga para sonhar sou eu, mas não é sonhar no vazio. Quando falo sonhar, nós já estamos planejando o orçamento de 2007. Então, toda vez que eu uso o dia de hoje para rever uma situação hoje, se eu faço um remanejamento do Orçamento, a pedido de qualquer órgão, no dia de hoje, é porque alguém errou, ou quem elaborou, ou a SEPLAN ou a SEFAZ, mas alguém errou.

Na verdade, nós temos que estar um ano à frente de todo esse processo. Nós gostaríamos, neste momento de estar trazendo números extremamente alvissareiros, positivos, mas nós precisamos ter o pé no chão.

Então, agradeço a oportunidade e em nome do Governador Blairo Maggi, desse entendimento com os chefes de Poderes, de poder contingenciar e trabalhar esse acompanhamento a partir do mês de janeiro.

Vale ressaltar, Deputado Riva, que o mês de janeiro ele vai ocorrer com o duodécimo normal, fevereiro e no mês de março, porque o repasse do mês de março usará o mês de janeiro como base, porque quando nós fechamos já teve que repassar. Então, o Estado, quer dizer, o Executivo, vai estar contingenciando muito mais do que os Poderes.

A determinação do Governador para os Secretários é que o mês de janeiro vai ser liberado apenas folha de pagamento e pagamento das tarifas públicas, luz, água, telefone. As outras coisas serão seguradas para ver o comportamento da arrecadação e, melhorando esse quadro que nós estamos acostumados nos níveis de crescimento do Estado de Mato Grosso, que realmente possamos continuar nesse de crescimento, trazendo qualidade de serviços das políticas públicas para a população mato-grossense.

Eu me coloco à disposição de todos os senhores.

Mais uma vez, Sr. Presidente, o meu muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Nós queremos agradecer o Secretário Yênes Magalhães pela exposição.

Comunico ao plenário que as inscrições estão abertas para quem desejar questionar a mesa ou o Secretário sobre o Orçamento.

Por enquanto temos apenas uma inscrição, que é do Sr. Rosenval, o Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário.

Quero registrar a presença do Dr. Marcelo Serra de Carvalho, representando o Ministério Público do Estado de Mato Grosso e o convido a compor a mesa.

Portanto, eu passo já aos questionamentos. Nós vamos fazer inversão com a Mesa. Vamos ouvir o Sr. Rosenwal Rodrigues dos Santos, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário. E, logo após, assim que tive mais inscrições nós vamos passando para os outros Deputados também, intercalando.

Com a palavra, o Sr. Rosenwal Rodrigues dos Santos, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário.

O SR. ROSENWAL RODRIGUES DOS SANTOS - Sr. Presidente, Deputado Silval Barbosa, no qual eu cumprimento todos os Deputados aqui presentes, e os que não puderam estar presentes também ficam cumprimentados neste ato; Secretário Yenê Magalhães, Dr. Marcelo, Presidente da Associação dos Promotores de Justiça, na qual eu tenho honra do meu pai fazer parte também do Ministério Público; e companheiro aqui presentes.

Quanto à LDO, Sr. Presidente, queria até saber de Vossa Excelência a não fazer o questionamento da LDO, mas a nossa vinda até esta Casa também envolve a questão orçamentária do Governo.

Sabemos que o Governo Estadual passa por muitas dificuldades, mas também o Governo Federal e toda essa crise vieram por conta do Valério Duto que acaba refletindo em todos os Estados do nosso Brasil.

E infelizmente são essas coisas que deixam o brasileiro cabisbaixo. Mas eu acredito muito na Nação brasileira ainda que nós vamos dar a volta por cima, e, sem sombra de dúvida, Mato Grosso também será pioneiro nessa volta.

Mas eu serei bem breve, Sr. Presidente. E conforme eu fui indagado até mesmo pela Deputada Verinha Araújo, aqui os cumprimentos, Deputada, a não a nossa ausência na Casa de Leis por conta dos servidores, mas, sim, a ausência, porque nós temos um pacto de acordo com o Tribunal de Justiça e vinha sendo rigorosamente cumprido esse pacto. Nós tivemos, graças ao Deputado Riva, que teve o empenho na sua gestão na Mesa Diretora. Nós tivemos em 2003 e 2004 o Judiciário, praticamente, sem um dia de paralisação, mas porque o Desembargador José Ferreira Leite recompôs dobradas as perdas inflacionárias dos servidores e, realmente, praticamente colocou um gesso nas minhas mãos e eu não pude fazer mais nada. E da mesma forma é o que nós estamos querendo e pleiteando aqui hoje, Srs. Deputados, é que a atual administração do Tribunal de Justiça, com as demais também, venham recompor as perdas inflacionárias dos servidores do Poder Judiciário. Daí porque, eu chamaria de grande matemático e articulador político melhor que esse na Assembléia acho que nunca teremos, que é o Deputado Riva, fica aqui o nosso apelo a Vossa Excelência de nos ajudar nessa empreitada também. Nós temos 10 anos de perdas inflacionárias... (PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - Dez anos!)

O SR. ROSENWAL RODRIGUES DOS SANTOS - No momento, nós temos os cálculos do que seriam dez anos... E temos uma ação no Supremo Tribunal Federal aguardando julgamento. Só Deus sabe quando é, Srs. Deputados, que nós vamos, realmente, conseguir ganhar uma ação dessa, que ultrapassa 150% de perdas inflacionárias. E se todas as outras atuais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

administrações do Tribunal de Justiça adotarem a sistemática que o ex-Presidente, Desembargador José Ferreira Leite, adotou em recompor dobradas as perdas inflacionárias dos servidores do Poder Judiciário, eu já disse ao Desembargador Paulo Lessa que em mais duas gestões à frente dele, Secretário Yênes, nós daremos praticamente por solucionadas as perdas inflacionárias dos servidores do Poder Judiciário.

Muita gente da população aí fora - fica aqui registrado - acha que o servidor do Judiciário ganha hiper bem. Nós ganhamos hiper mal! Tirando um exemplo, Secretário, um agente porteiro do Ministério Público que, graças ao empenho do Ministério Público, ajudou os seus servidores, ganha R\$1.620,00, enquanto que um agente de serviço do Tribunal de Justiça ganha o salário base de R\$460,00. Então, a disparidade é muito grande, Deputado.

Entendemos, Secretário, e pedimos o empenho de todos os Srs. Deputados, porque a estrutura do Ministério Público, a estrutura da Assembléia Legislativa, a estrutura do Tribunal de Contas é totalmente contrária à estrutura do Tribunal de Justiça. E, fica aqui o nosso reclame.

Sei que não é por conta dos Deputados, mas sim das cidades do interior, principalmente dos advogados de Mato Grosso, quando questionam que faltam comarcas na sua cidade. Aí corre ao Presidente do Tribunal, faz uma pressão violenta que tem que abrir comarca... Entendemos que é justo abrir comarca, mas se não está dando conta, Deputada Verinha Araújo, de manter o quadro de servidores do Judiciário com esse salário, imaginem abrindo mais comarcas no Estado de Mato Grosso?! É impossível uma coisa dessa (PALMAS)!

Então, são coisas dentro do Poder Judiciário, alertei Vossa Excelência, Deputado Silval Barbosa, como tenho dito ao Desembargador Jurandir de Lima, como disse ao Dr. Mauro Bianchini, à equipe que, por sinal, eu quero agradecer que realmente abre as porta para o sindicato representar os servidores.

Eu quero deixar claro uma coisa, Deputado Riva, se o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso não rever imediatamente a questão de cargos e salários dentro do Tribunal de Justiça, uma hora vai estourar o Tribunal. Atualmente, o quadro é deficiente, o senhor sabe muito bem disso, Deputado Silval Barbosa, as prefeituras estão emprestados seus servidores para ajudar o Tribunal de Justiça. E o Tribunal de Justiça entra administração e sai administração, não toma atitude na questão do seu quadro funcional.

O Ministério Público tem o seu plano de cargo e carreira; a Assembléia Legislativa tem o seu plano de cargo e carreira; o Tribunal de Contas tem o seu plano de cargo e carreira, quando chega no Tribunal de Justiça, os servidores não têm um plano de cargo e carreira.

Então, é lamentável! Sabemos, realmente, da deficiência que existe, Sr. Presidente, dentro do Poder Judiciário.

Queremos aqui, Secretário Yênes, dizer que o Governador tem que dar, sim, uma atenção especial ao Poder Judiciário.

Fica aqui o nosso sinal de alerta, como já dissemos em assembléia geral. Se não resolver em caráter de urgência a questão dos servidores que ganham mal dentro do Poder judiciário, com certeza, nós estaremos iniciando já 2006 com paralisações. Nós não queremos jamais fazer isso, mas não temos outro mecanismo a não ser esse.

Quero complementar porque, às vezes, a população acha que quem toca o Poder Judiciário, Deputado Zé Carlos do Pátio, é só juizes e desembargadores. É igual a Assembléia Legislativa, a Assembléia Legislativa não é só Deputado que toca a Assembléia Legislativa. Ah se não fosse um Chico Monteiro para nos ajudar dentro da Assembléia Legislativa, como os funcionários, como os repórteres que estão aqui filmando, para dar o apoio aos Deputados e para a máquina funcionar. Ah se não fosse o Ministério Público ter os seus servidores para fazer a máquina

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

funcionar. E assim é a mesma coisa no Judiciário. Se não existir esse povão como somos considerados para tocar a máquina do Judiciário, a Justiça também não anda.

Nós queremos mais dignidade, nós queremos um bom salário, como disse o magistrado: “Parece que você é um MR-8”. Se tiver que ser, Srs. Deputados, vou levar essa conduta porque realmente eu tenho que lutar e acredito que Vossas Excelências vão lutar também pela categoria que hoje está mais afetada, que é a dos servidores do Judiciário.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, a ilustre Deputada Verinha Araújo, que dispõe de cinco minutos.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, colegas Deputados, servidoras e servidores do Poder Judiciário, imprensa, cidadãos e cidadãs, na verdade, a exposição que o Secretário Yênes fez aqui nesta tarde com relação ao Orçamento do Estado para o ano de 2006, o Governo faz uma projeção da possibilidade de uma queda na arrecadação que ele apresentou inicialmente. Agora reapresenta o orçamento total de R\$6.045.000.000,00, mas numa outra Mensagem que recebemos nesta Casa aqui, a Mensagem que foi expedida através do Ofício 147, do dia 05 de dezembro, o Governo do Estado apresenta no art. 7º um contingenciamento de R\$595.000.000,00. Nesse contingenciamento, ele inclusive contingencia também os Poderes, como o Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas, Procuradoria-Geral de Justiça, etc. Diz ainda no art. 8º que essa execução terá que seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu fico preocupada, nós Deputados, aqui deliberarmos, acompanharmos, votarmos uma peça orçamentária, já amarrando contingenciamento, inclusive de valores, deixando no art. 9º dessa Mensagem uma carta em branco para o Governo, que tem o seguinte texto: “Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, quando a situação legal assim o exigir, a transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as categorias de programação constantes desta lei, mantido o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, etc, etc...”

Então, nós, Deputados, vamos votar o Orçamento, vamos votar o contingenciamento, vamos dar uma carta em branco para o Governo do Estado remanejar, mediante decreto, se assim ele o preferir.

E tem uma outra Mensagem, que é a Mensagem nº 103, que o Governo do Estado enviou alterando o art. 34 da Lei nº 8.177, modificando um artigo da LDO que nós votamos aqui em 2004 para resolver a execução orçamentária em curso. Nós temos ainda um quadrimestre da execução orçamentária e o Governo sabe e vocês sabem onde está sobrando dinheiro no orçamento, justamente com o pagamento de pessoal. Está sobrando dinheiro, e é nesse item que ele quer fazer execução orçamentária transferindo esses recursos para outras fontes, para outras ações alterando uma LDO que nós votamos aqui em 2004. Essa é a segunda aberração que hoje está se discutindo.

A terceira aberração, o Governo diz aqui que o Secretário diz que não tem como conceder emendas parlamentares, porque não tem de onde tirar. Eu tenho a proposta aqui de onde o Governo pode cumprir as nossas emendas. As emendas dos Parlamentares são olhares onde muitas vezes o Governo não chega individualmente e a nossa ação parlamentar chega.

E com o dinheiro do FETHAB, o Governo está aqui com uma outra Mensagem nº 110, ele está criando dois fundos. O fundo da soja e o fundo do boi, tirando 12,31% do FETHAB que vai dar R\$44.000.000,00, exatamente o dinheiro das emendas parlamentares ou para outras ações que nós podemos deliberar. De repente, para aumento salarial, por que não? Já que ele não está cumprindo o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal que ele poderia gastar até 47% do dinheiro e só está gastando trinta e dois ou trinta e seis por cento. Então, está sobrando dinheiro para fazer pagamento de pessoal (PALMAS)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Essa não é a questão, e eu quero alertar meus colegas Parlamentares, porque o FETHAB, o FETHAB nós já votamos aqui, esta Casa já votou, o Deputado Zé Carlos do Pátio é um defensor disso e sabe que o pessoal da soja, do algodão tem uma serie de isenções fiscais. E nós vamos criar mais dois fundos. Vamos tirar o dinheiro de investimentos em obras tão necessárias que o Estado está precisando, que vai dar R\$44.000.000,00, Deputado Riva. Nós vamos permitir isso, votar mais isso aqui, significa dar outra carta em branco. Porque isso aqui pode significar também uma situação contábil no ano de 2006 para o Governo resolver uma serie de obras que ele iniciou com recursos do FETHAB que não está conseguindo concluir. Será que nós vamos dar uma carta em branco para criar esses dois fundos e com isso deslocar R\$44.000.000,00 do dinheiro do FETHAB.

Então, eu quero deixar essa minha fala inicial. Tenho outras observações a fazer sobre orçamento e execução, porque mesmo com contingenciamento que o Governo quer amarrar aqui, quer que a Assembléia Legislativa vote, o Governo não cumpre 100% do Orçamento. Nós não estamos votando aqui um Orçamento impositivo. Por isso, não tem necessidade de contingenciar. Porque se fosse impositivo significaria que os valores que nós estivéssemos votando, o Governo seria obrigado a cumprir. E não é isso. Isso é algo que o Senado da República tem que resolver. É votarmos orçamentos que o Governo tem obrigação de cumprir. Como não é orçamento impositivo, por que votar contingenciamento? Por que darmos uma carta em branco para fazer contingenciamento? Porque na execução orçamentária, nas áreas sociais - eu estou com os dados de 2002 para cá - o Governo cumpre no máximo com 80% daquilo que é orçado. Ou seja, faltam mais de 20% para cumprir na área de saúde, de educação, de desenvolvimento rural, de segurança, etc.

Então, era esta a minha questão inicial para o debate, porque eu espero discutir para não votarmos esse Orçamento do jeito que ele chegou nesta Casa. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Nós queremos registrar, com muita satisfação, a presença do Deputado Zé Carlos do Pátio e também do Deputado Joaquim Sucena.

Passo a palavra, ao Deputado Zé Carlos do Pátio...

O Deputado Zé Carlos do Pátio pede inversão da sua inscrição.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, representante do Ministério Público, representante do Judiciário, Sr. Valdir Serafim, público aqui presente; servidores do Judiciário, servidores do Estado, servidores desta Casa; Secretário de Planejamento, Dr. Yênes Magalhães; Sub-Secretário, Sr. Arnaldo; imprensa aqui presente.

Sr. Presidente, primeiro, preocupa-me a forma como o Brasil trata o seu planejamento público, porque essa não é uma questão de Mato Grosso. O Orçamento, inicialmente, deveria ser impositivo, porque não significa que estando contemplado no Orçamento vá ser atendido. Nós conhecemos caso de municípios que não executam nem 20% do Orçamento.

O Estado de Mato Grosso, se beirar a perfeição, não sei se vai chegar a 60% do Orçamento, outros estados um pouco menos. O Canadá já atingiu 98% de perfeição na sua execução orçamentária. Outros países se aproximaram mais ainda da perfeição, não tenho notícia, se não me engano a Dinamarca, que é um país que aperfeiçoou muito a sua peça orçamentária.

Nós temos três instrumentos que compõem o planejamento público: O PPA, LDO e LOA. Nós estamos discutindo o Orçamento, e a LOA... A LDO está sendo alterada aqui no Orçamento. E você faz o Orçamento baseado na LDO.

Então, realmente, existe aí uma incoerência, me desculpe a Secretaria de Planejamento, mas existe uma incoerência na elaboração do Orçamento, já que nós temos que utilizar das diretrizes traçadas pela LDO, cujo próprio nome já diz: Lei de Diretrizes Orçamentárias.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

E do PPA, que é um Plano de investimento que, por sinal, muito a curto prazo, porque no Brasil se planeja tudo com um prazo muito curto.

Uma cidade como Cuiabá, você fazer uma previsão de investimento para apenas quatro anos, significa que o Prefeito que ganha pode alterar tudo, pode parar algumas obras, pode recomençar outras, pode mudar o rumo de algum programa criado, e nós notamos isso mesmo no Governo Federal. O Governo Federal cria programas sociais com uma facilidade, e quando entra o outro Presidente, muda também com a mesma facilidade, é Luz no Campo, é Luz para Todos, outro que assumir vai ser Luz para não sei para quem, e vêm outros programas. Não estou criticando os programas, até porque Luz para todos é mais perfeito do que Luz no Campo, do PSDB, criado, porque esse o consumidor não paga.

E neste momento nós estamos até discutindo para que o Congresso Nacional, inclusive, suporte esse Luz no Campo para adequar ao princípio da isonomia, já que alguns recebem Luz no Campo e não pagam, por que outros vão pagar? Existe aí um contra-senso muito grande.

Eu quero, Secretário, inicialmente, falar sobre os Poderes. Todos os poderes estão dispostos a contribuir. Todos. O Poder Judiciário e o Poder Legislativo já demonstraram essa confiança no Poder Executivo, até porque eu quero aqui fazer justiça. O Governador Blairo Maggi pode ser muito duro na hora de combinar, mas é muito mais rígido na hora de cumprir.

Tudo o que combinamos aqui em termos orçamentário, para todos, para o Ministério Público, para o Judiciário, para a Assembléia Legislativa, para o Tribunal de Contas foi sempre cumprido. Nesse aspecto não se pode criticar o Governador Blairo Maggi, mas eu me preocupo muito com a forma como se procede isso e quero voltar à proposta que fiz na discussão lá no Poder Judiciário, ater porque seria um contingenciamento, mas um contingenciamento diferente.

Em cima do quê? Muito claro: nós temos como referencial os anos de 2003, 2004 e 2005, até 30 de outubro, também pode ser utilizado. Quais os percentuais de recursos repassados para pessoal, para custeio, para investimento?

Por exemplo, o Poder Legislativo não tem necessidade de discutir esse percentual de recursos para investimento, com exceção do parcelamento dos móveis que esta Casa comprou e de algumas despesas que ainda paga que estão aí, suportadas no orçamento. Nós não necessitaremos de mais recursos para investimento, já construímos nossa sede.

Mas o Poder Judiciário e o Ministério Público têm necessidade de investimentos.

Então, vamos discutir o quê? O percentual a ser liberado aos poderes em cima da Receita Corrente Líquida, que foi proposto lá. Aqui se fala na Receita Ordinária, na Fonte 100 e me preocupa muito que todos sabem que o grande dragão para arrecadar aqui é o Leão - todos sabem disso, IPI, Imposto de Renda. E todos nós sabemos que Mato Grosso não ia viver aquele mar de rosas que vivemos em 2004 no agronegócio. Todos sabiam. Agora não podemos utilizar como parâmetro 2004, mas também não 2005.

Se 2004 foi um ano extremamente positivo para o Estado, 2005 foi um ano realmente muito ruim para o agronegócio e em consequência para a economia do Estado.

Nós tivemos setores importantes que pararam, e pararam por incompetência do Poder Público. Por exemplo, o setor madeireiro.

Tem gente que não dá importância ao setor madeireiro. Eu digo o seguinte: só tem uma diferença do setor madeireiro de Mato Grosso, do Brasil, com o setor madeireiro de outros países, e aí vamos falar mais especificamente dos Estados Unidos, que se utilizou bem disso. Lá eles deixaram um lastro de riquezas em cima da exploração das riquezas naturais e aqui nós estamos deixando um lastro de pobreza.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Nós não nos preparamos para explorar essas nossas riquezas, se tira a madeira, olha para a árvore e fala: “Essa não serve”. Derruba e queima... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. RIVA - Preciso mais de cinco minutos para fazer uma explicação sobre planejamento público e quero falar de todos os Poderes. E gostaria de falar um pouco de uma sugestão que tive, Sr. Presidente, está o projeto em suas mãos, do realinhamento salarial dos nossos servidores do Poder Legislativo e a implementação do subsídio, e em cima disso estou fazendo uma sugestão, porque eu quero dar também aos servidores do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Deputado, eu vou conceder até porque nós não estamos recebendo inscrição do Auditório. E vou já justificar aqui, vou fazer uma correção, não quero que a fala da Deputada Verinha Araújo também não tenha prejuízo. Logo mais, eu concedo a ela também mais cinco minutos, se caso assim ela queira fazer uso da fala.

Concedo mais cinco minutos ao Deputado Riva.

O SR. RIVA - Concordo e agradeço a generosidade de Vossa Excelência.

Sr. Presidente, eu quero voltar a dizer. Eu falo disso e às vezes vocês falam: O que tem a ver isso com receita? Tem muita a ver.

O setor madeireiro no Nortão parou. Por quê? Por uma série de burocracia, por um exagero do IBAMA que, ao invés de aplicar a lei do Governo Federal, que ao invés de aplicar a lei ambiental, fica criando situações de não liberar licença, de não libera não sei o quê. O manejo foi um equívoco dos governos todos, e aí não é só do PT, não, de não liberar o manejo. Em não liberando o manejo fomentava o desmate.

Ora, se o objetivo era preservar se utilizando dessas riquezas, uma política de desenvolvimento sustentável, era autorizar manejo, e eles faziam exatamente o contrário. Se faltasse uma certidão da FUNAI, não sai manejo. O cidadão está indo lá e falando: “Eu quero ficar com a mata em pé e tirar só a armadura para explorar.” “Não podemos autorizar.” Então, vai lá e derruba tudo. Foi isso que aconteceu no Nortão. E isso prejudicou a madeira, a carne, a soja, o algodão. Eu quero até discordar da questão do algodão, porque o algodão é um dos setores, Sr. Presidente, que tende Mato Grosso diminuir a sua produção em função da falta de competitividade nossa. Se nós já fomos 63% na participação de produção de algodão, a tendência é cair, e cair drasticamente em função da falta de condições de competir. Agora que têm que serem revistas as renúncias fiscais - aí eu não falo nem em incentivo -, isso tem. Aí eu concordo com o Deputado Zé Carlos do Pátio. Já sugerimos uma discussão nesta Casa. Isso realmente tem que ser feito.

Agora, Sr. Presidente, fizemos uma discussão com os nossos servidores. E eu, como sou muito otimista, não acredito nem um pouquinho que a receita corrente líquida será inferior a R\$4.600.000,00 - anote isso aí. E com esses R\$4.600.000,00 de Receita Corrente Líquida nós vamos dar 10% de realinhamento para o nosso servidor de carreira, aposentado, efetivo, inativo e pensionista, em cima desses R\$4.600.000,00. Nós estamos trabalhando para implementar o subsídio. Eu sugeri a eles, Sr. Presidente, que fizéssemos uma discussão sobre um gatilho. De que forma? “Ah! Não dá para dar aumento, porque a Receita Corrente Líquida é de R\$4.600.000,00”. O Judiciário tem 6% disso.

Ora, parece que o Judiciário está dentro, está cumprindo com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal como está o Ministério Público, como está o Tribunal de Contas e como está a Assembleia Legislativa! Aliás, o único que parece que está fora é o Tribunal de Contas, que está se adequando também. Mas, nessa questão aí, Sr. Presidente, define o valor da Receita Corrente Líquida. Se ele é quatro, cento e quarenta e seis, pelo que eu vi aqui, com esse ajuste feito... Não vou chamar isso de contingenciamento... O Poder Executivo, inclusive, não pode contingenciar Poderes. Se ele é quatro, cento e quarenta e seis e se o Judiciário está cumprindo com a lei, o que passar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

disso, teria que aplicar um dispositivo no Orçamento que o Judiciário se utilizasse para fazer o realinhamento salarial dos seus servidores.

E, eu não tenho dúvida, vocês precisam acreditar um pouco neste Estado. Essa Receita Corrente Líquida de quatro milhões e seiscentos, não é que não vai cumprir, não! Vai passar! Eu desafio! No ano passado eu falei: “Essa Receita ainda é pessimista! Não vai cumprir com a Receita ordinária, com a Fonte 100, mas a Receita Corrente Líquida será superior a do ano passado”. Então, não justifica muito falar que tem frustração de Receita, que vai ser maior. Nós queremos discutir em cima da Receita Corrente Líquida, em cima dos percentuais que nós definirmos. Não queremos o que o Estado não tem, nem o Legislativo, nem o Judiciário, nem o Ministério Público, nem o Tribunal de Contas... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Concedo mais um minuto para o Deputado Riva concluir o seu pronunciamento.

O SR. RIVA - Então, Sr. Presidente, eu sugiro que façamos aqui um entendimento, inclusive, em relação aos servidores do Estado. O Estado está aplicando muito menos do que pode em relação ao definido pelo Tesouro Nacional. O Estado define uma margem de segurança que também pode garantir esse gatilho para o próprio servidor do Estado. É uma discussão que tem que ser feita entre as categorias, os Deputados e os representantes dos Poderes, inclusive, do Poder Judiciário, que eu conheço. Inclusive eu perguntei ao Presidente: o senhor não gostaria de dar realinhamento de salário? “É lógico que eu gostaria. Vamos procurar condição.” Nós estamos dispostos a discutir essa condição. É possível, em cima disso, em cima do que está aí ainda ter realinhamento para os servidores.

O Legislativo vai dar e não vai sair do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, eu tenho certeza.

Outra situação, Sr. Presidente, eu não posso admitir, Secretário Yênes, que o Governo Federal simplesmente decida que não vai passar a Lei Kandir! Se nós ainda temos direito a receber repasse de 2006, de 2007, se eu não me engano, até 2007 a Lei Kandir poderia vigorar. Não é uma decisão do Governo Federal que não vai passar e o Estado não vai poder cruzar os braços.

Eu quero saber de Vossa Excelência se o Estado já tomou alguma decisão, em termos jurídicos, para assegurar esse seu direito que é sagrado, que é a desoneração do nosso produto, nós recebermos essa contrapartida da Lei Kandir e ainda nós temos direito a ela em 2006. Portanto, eu não aceito tirá-la do Orçamento. Não é possível. A União vai ter que cumprir com aquilo que decidiu, até porque hoje o Estado está sendo lesado.

Então, com relação à Lei Kandir, Sr. Presidente, nós vamos trabalhar, inclusive o Poder Legislativo, se precisar, aciona juridicamente a União. Mas nós vamos ter que receber a Lei Kandir em 2006. Aliás, a ameaça já era não passar o 2005, mas vai ter que passar.

Agora, Deputada Verinha Araújo, o único ente que tem dinheiro, hoje, sobrando e não sabe onde aplicar é a União. Descobriram que vão sobrar três bilhões no caixa. É um absurdo os municípios não têm nem dinheiro para pagar o 13º! Cadê a reforma fiscal? O município só tem 14%, o Estado 26% e a carga está em cima do município e do Estado!

Aí vocês também têm que aprender a fazer movimento contra o Governo Federal. Não é o Lula, não. É contra qualquer Governo Federal que faz um absurdo desse. Tem 60% da receita total, o Estado fica com 26% apenas, tem que cumprir com praticamente tudo.

Inclusive, Deputada Verinha Araújo, muita coisa que é responsabilidade da União e o município nem fala. O município é o coitado, 14% apenas para fazer ponte, escola, saúde, pagar funcionários, custeio e tudo o mais, Sr. Presidente. Muita coisa que o Estado e a União deveriam fazer, não fazem e o município é que tem que fazer. Ainda eu disse numa reportagem que amenizou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

um pouco o fato do Governador Blairo Maggi estar sendo um grande parceiro dos municípios. Não pode deixar de lado isso.

Esse discurso que eu faço não é para o PT, não. Era com o Presidente Fernando Henrique a mesma coisa, era com os outros presidentes a mesma coisa. Agora, nós temos que aprender a nos mobilizar contra quem tem dinheiro. Não adianta pedir para pobre que está pedindo esmola! O Governo Federal tem que acordar. É verdade. Tem que acordar, sob pena de falir os municípios e os Estados. Nós não temos investimento no Estado por quê? Porque sobra lá! Sabe quanto vai dar a receita em relação ao PIB, em novembro, a previsão, Deputada Verinha Araújo? 41,6%, 41,6% é a previsão da receita no mês de novembro. Era a previsão, já deve ter fechado, não sei quando fechou, se não chegou nisso está muito próximo, entre 40 e 42.

Portanto, o Governo Federal tem dinheiro e nós vamos ter que rediscutir, Secretário Yênes Magalhães, essa última alteração que enviaram porque em relação à receita do Estado, eu até acredito que realmente vai ser muito pouca diferença, ma em relação à receita corrente líquida em função da receita da União, não tenho dúvida de que o orçamento vai ser cumprido e vai sobrar. Então, nós precisamos discutir isso.

Eu agradeço, Sr. Presidente, a paciência que teve comigo.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de dez minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, o Deputado Riva colocou uma questão aqui a respeito do Governo Federal, mas se acontecer o que eu estou vendo em Brasília, Deputado Riva, é provável que 90% dos funcionários do Tribunal de Justiça vão ter salário, do jeito que estão as coisas aí, vão ter salário menor que o salário mínimo do País a partir do dia 1º de maio do ano que vem (PALMAS).

Estão discutindo, lá em Brasília, que o salário mínimo vai para trezentos e cinquenta reais e eu vou aqui dar uma lida em alguns salários e vencimentos aqui: Abadia Pereira Borges - R\$359,00, por mês, funcionária do Tribunal de Justiça.

Conceição Aparecida de Paula Aleixo... vocês me desculpem, agora eu vou acabar com a... Vocês entenderam? Desculpem-me... (PALMAS)... Eu vou tirar toda privacidade de vocês... (PALMAS)

Conceição Aparecida de Paula Aleixo, ela ganha R\$ 495,00, por mês.

Marlice Maria de Souza - R\$ 401,00, por mês.

Francisca Binda Pinho - agente de serviço, R\$ 123,00, por mês... (PALMAS). Esse é o vencimento dela.

Alenilza Silva - ganha R\$ 222,00, por mês.

Eu não sei qual, mas esses dias me abraçou, chorou e disse que trabalha há 28 anos no Tribunal de Justiça. Essa é uma heroína. Eu estava lá andando no corredor, ela começou a chorar e falar que ganhava duzentos e poucos reais e tinha 28 anos no Tribunal de Justiça.

Miguelina Maria da Rosa ganha R\$ 471,00, por mês.

Mirtes Granela, cuidado, você vai ganhar menos que um salário mínimo a partir do ano que vem, R\$ 342,00, por mês.

Ruth Maria da Lago ganha R\$ 342,00, por mês, vai ganhar menos que o salário mínimo do jeito que estão discutindo aí. O salário mínimo é um instrumento, é uma ferramenta de distribuição de renda, e não é o que nós queremos que ganhem não.

A funcionária na minha casa tem um salário líquido de R\$450,00, mora comigo, já está formando em Secretariado bilíngüe, e se Deus quiser ela vai deixar de ser minha empregada

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

doméstica agora. Ganha líquido, bruto deve ganhar quase seiscentos reais e mora comigo, come. E já falei para ela que quando ela se formar eu vou arrumar um emprego para ela ganhar bem, porque tem que ganhar bem (PALMAS).

Ruth Maria ganha R\$342,00 por mês; Maria Rosa Miranda ganha R\$471,00 por mês; Elenice Vicente Farias ganha R\$497,00 por mês. E daí, eu venho aqui e começo, eu estava com a minha esposa, ela é professora do Estado eu hoje fui para Rondonópolis num velório de um amigo meu e falei o seguinte: pior que ser servidor público é você hoje estar no Parlamento e ver o que eu estou vendo lá hoje. Falei para minha esposa.

Hoje existem dois tipos de servidor público em Mato Grosso, aquele servidor periférico, aquele servidor que é usado igual objeto, como você usa papel, usa, amassa, explora a vida toda o trabalho dele; e aquele servidor que tem um salário digno e que nós votamos o salário aqui na Assembléia também.

E há uma incoerência aí. Não adianta. Falta cidadania neste país. Enquanto na semana passada nós votamos para alguns servidores do Tribunal de Justiça e do Ministério Público salários de vinte e dois mil, vinte mil, dezoito mil, vocês ganham só menos que salário mínimo (PALMAS). Este é o País! Este é o País que nós temos. Este é o país que nós temos. Lembro-me - e aqui está o representante do Ministério Público - o que é a minha maior mágoa, que um dia um policial executou um homem no Jardim Atlântico, um jovem, Deputado. E eu queria que esse policial fosse preso e o Ministério Público sequer teve a capacidade de prender esse policial que executou esse menino. E ganha bem. E daí você vê hoje o que estamos vendo em Mato Grosso.

Por que não se investe em professor? Por que não investe? Porque o professor é o instrumento de transformação de uma sociedade. Imaginem um professor capacitado, ganhando bem, o quanto nós vamos mudar uma sociedade. Não vão investir mesmo. Não. Não vale a pena investir em professor, porque, na verdade, o professor pode mudar a sociedade. Mas melhor é manipular a sociedade, fazer o que quer com ela. Usá-la como objeto para ganhar o seu voto, para fazer curral eleitoral.

Eu quero dizer que me lembro que no mandato passado falaram que iriam mandar o Plano de Cargos e Carreira do Judiciário para cá. Cadê o Plano? Cadê o Plano?

É por isso que eu acho - e aqui quero dizer o seguinte - que a responsabilidade é de todos. Não é uma responsabilidade só de um setor. É uma responsabilidade de quem dirige o Poder Judiciário. É uma responsabilidade nossa, do Poder Legislativo, que votou a ampliação das Comarcas (PALMAS). É uma responsabilidade do Poder Executivo. Eu não quero aqui eximir a minha responsabilidade. Não. E acho que nós todos temos responsabilidade sobre isso. Nós, Parlamentares. Porque quando precisou levar uma Comarca para Ribeirão Cascalheira quem foi pedir? O Deputado Zé Carlos do Pátio. Para Querência eu fui pedir para o Desembargador José Ferreira Leite. Eu tenho responsabilidade sobre isso também. E hoje que estrutura eu, como Parlamentar, posso dar para ajudar esse Poder Judiciário, que eu fui responsável por inchá-lo, por estruturá-lo sem condições, sem infra-estrutura? Então, eu quero me chamar como responsável sobre isso.

E quero aqui dizer que o Orçamento é uma peça fictícia. Mas quero aqui lamentar porque nós podemos colocá-lo cada vez mais na sua forma mais real. Se nós queremos, nós podemos. Eu lamento que falta política de planejamento. Daí eu tenho certeza de que este Estado vai crescer de forma ordenada, planejada e bem definida, como é o sonho de todos, porque nós notamos - desculpe-me, Secretário Yênes - uma insegurança muito grande na condução da política de planejamento deste Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

E aqui eu quero até falar uma questão a respeito... E acho que nós temos que ter uma definição política aqui agora. Eu acho que enquanto não resolver esse problema do Poder Judiciário, nós não podemos votar o Orçamento. Eu acho que tem que resolver esse problema, tem que buscar uma saída política.

Eu proponho, Deputado... Aliás, eu quero aqui não ser injusto, não, eu quero ser justo. Eu quero ser justo. Eu sempre falei que o Deputado Humberto Bosaipo, que não está aqui, sempre foi um articulador do servidor público, e o Deputado Riva também é um articular. Viu, Deputado Riva? Eu quero aqui fazer esse elogio a Vossa Excelência.

Existem Deputados mais afoitos, como o Deputado Zé Carlos do Pátio, a Deputada Verinha Araújo, e existem Deputados que também ajudam no poder de articulação, que é Vossa Excelência, que é o Presidente da Assembléia, que pode nos ajudar a fazer essas articulações.

Eu não quero aqui, neste momento, fazer discurso para a galera, eu quero pedir que façamos um encaminhamento político. E queria que nós tivéssemos responsabilidade para conduzir esse processo político. Eu quero que a Assembléia assuma isso daí como uma questão de compromisso com os servidores do Judiciário.

Eu estou envergonhado. Soltei um jornal meu em Rondonópolis dizendo que consegui - e aqui eu quero agradecer o Tribunal de Justiça - quinze oficiais escreventes, oficiais de justiça para Rondonópolis, porque se tornou uma Entrância Especial, mas eu já descobri também que a maioria não quis assumir o cargo... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Concedo mais dois minutos para Vossa Excelência concluir.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu soltei no meu jornal, na cidade toda, que nós aumentamos o servidor, mas ninguém quis assumir o cargo.

Então, eu quero dizer que nós precisamos dar dignidade ao Tribunal de Justiça. E acho que essa responsabilidade é de nós todos, é do Tribunal, é da Assembléia e é do Poder Executivo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu quero registrar a presença do Deputado José Carlos Freitas, também do Deputado Joaquim Sucena, que já havia registrado, e também do Deputado Ságuas.

Quero solicitar do Secretário Yênes Magalhães que convoque novamente o Sr. Arnaldo e coloque no *data-show*, por gentileza, os percentuais de cada poder, porque houve um entendimento com o Governo do Estado sobre os percentuais e também na arrecadação.

O que arrecadar o Estado, terá proporcionalmente ao percentual os Poderes.

É isso, Secretário? Confirma? Da Fonte 100.

No Orçamento, vem para a folha de pagamento do Tribunal de Justiça 6%. Olha o que trouxe de avanço, no meu entendimento. Antes a lei era até 6% - até 6%. Hoje é fixado em 6%, quer dizer que antes poderia até não aplicar os 6% na folha e a lei permitia. Hoje não. Hoje é 6% da receita para a folha de pagamento e mais 1% para o custeio do Tribunal. Então, eu só gostaria de rever esses percentuais e gostaria que o Secretário Yênes falasse sobre isso para não haver confusão na hora da votação, porque se a receita acrescentar, acrescenta automaticamente a dos Poderes.

Agora, o impacto da folha, o gerenciamento da folha, o aumento da folha... Nós estamos aqui debruçados em cima de uma matéria estudando um aumento para o Poder Legislativo.

Estamos aguardando a votação do Orçamento, ver qual é o nosso real orçamento e fazer um estudo do impacto para ver se realmente dá para dar os 10%, 8%, 6%, ou o que vai dar para conceder de aumento para os servidores. E assim são os Poderes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Ele terá o orçamento dele. A partir da hora que votar aqui, 6% são 6%. Se o Tribunal tiver um avanço para aumentar 10%, 12% ou na reposição total, é o orçamento dos Poderes que vocês aí, sim, no Poder do Tribunal de Justiça, isso eu fui bem claro com a Comissão que foi ao meu gabinete. E nós iremos debater em cima disso.

Agora com o Governo, nós já debatemos exaustivamente para chegar nesse número, nos percentuais. A Assembléia Legislativa é 1,77% para a folha de pagamento; o Tribunal de Contas, 1,23%; o Ministério Público, 2%; e o Tribunal de Justiça, 6% para a folha de pagamento.

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Riva, que dispõe de três minutos.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, apenas para fazer uma observação de que esses percentuais não são definidos pelo Governo. Esses percentuais são definidos pela Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, apenas uma inovação aqui.

O Estado agora colocou lá na lei que vai repassar os 6% da receita corrente líquida para o Poder Judiciário. Quer dizer, o Judiciário vai poder... Porque, na verdade, o Judiciário está gastando um pouco menos de 6%. Então, o Judiciário vai poder ter um planejamento de trabalhar em cima do valor total, que é estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é 6%, como o Legislativo, 1,77%; o Tribunal de Contas, 1,23%; o Ministério Público, 2%.

A discussão em relação aos Poderes, e quero deixar claro para o Secretário Yenês, é em relação à estipulação dos percentuais. Vocês viram aí um percentual um tanto alto e que esse percentual não é sobre a receita corrente líquida, ele é sobre a receita ordinária, que é a Fonte-100.

Nós vamos reanalisar esses números, porque, Sr. Presidente, eu tenho uma leitura de que essa Fonte-100 realmente, dificilmente executa esse orçamento. Agora eu já faço a partir de agora um desafio. Que esse restante da receita, que são os recursos federais, ultrapassa. Estava analisando em relação a 2005, até agora executado.

Então, é preciso refazer um estudo sobre isso, Sr. Presidente, um pouco melhor, porque o ano que vem é um ano político. E não adianta vir com demagogia aqui. E vou dizer a vocês o seguinte: A Assembléia Legislativa não vai orçamento... Aqui dentro do orçamento está todo o recurso que o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas podem ter. Não tem nada mais para discutir aqui. Aqui no orçamento não melhora uma vírgula, porque não tem o que melhorar. A discussão é lá com cada Poder. Não adianta transferirmos essa discussão para o Estado. Não é verdade? São 6% que a Lei Complementar nº 101 dá para o Judiciário? Então, tem que trabalhar em cima desses 6%! É 1,77% para o Legislativo? Então, tem que trabalhar em cima do 1,77%.

Portanto, eu não concordo com o Deputado, de não votar o Orçamento, porque o Orçamento é uma peça que não é para discutir apenas a questão salarial. Se não votar o Orçamento em dezembro, em janeiro muitas ações sociais param no Estado.

Então, nós temos que votar o Orçamento e temos que fazer a discussão em cima dos 6%, porque não vai ser 6,1%, nem 6,01%, por quê? Porque tem uma lei, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não adianta alimentar uma expectativa aqui para vocês, que não vai existir! A expectativa, o recurso que nós temos é esse! Eu entendi o que o Deputado, talvez, quisesse falar...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu vou conceder a palavra, pela Ordem, ao Deputado Zé Carlos do Pátio assim que o Deputado Riva concluir o seu pronunciamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, eu concluo. Era apenas para fazer essa observação, que essa questão do Judiciário é lá com o Judiciário. Não adianta pressionar o Estado. Nós podemos ajudar como Deputado, porque não vai passar de 6% o recurso. São 6% mesmo! E aqui na lei já contempla os 6%.

Agora, o Legislativo pode ajudar? Pode! Através de uma interlocução, chamando a Mesa Diretora para falar: “Escuta, qual é a Receita prevista que vocês têm?” E eu tenho certeza que o Judiciário pode começar a trabalhar em cima dos 6% de R\$4.600.000,00, e não de R\$4.200.000,00... Aí, é possível discutir realinhamento? É possível! Sim, é possível! Tanto é que o Legislativo já fez isso e eu tenho certeza que nós não vamos deixar de cumprir a lei.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Antes de conceder a palavra, pela Ordem, ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, eu informo a todos os Srs. Deputados e à Deputada, que logo mais teremos uma reunião com o Dr. José Mauro Bianchini, com os servidores do Tribunal de Justiça e com a Mesa Diretora, juntamente com todos os Deputados, para intermediarmos um diálogo com o Tribunal de Justiça em relação à reposição que estão solicitando.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu não sou um político irresponsável de achar que nós não vamos votar o Orçamento. Eu quero aqui dizer que, é lógico que temos que ter responsabilidade política em votar o Orçamento, mas esta Casa é uma Casa em que você tem que ter um poder de negociação. A política é a arte de negociar. O Deputado Riva entendeu muito bem a mensagem: segura a peça orçamentária, e vamos discutir o assunto. Levei a bola dele para cima! Deputado, joguei Vossa Excelência para cima, porque é um bom articulador e vamos negociar! É a arte de negociar, de articular... (PALMAS).

Agora, eu não quero, em hipótese alguma, ser um político irresponsável. Nós temos que votar o Orçamento. Agora, nós podemos votar o Orçamento no dia 30 de dezembro, no dia 29 de dezembro. Eu estou disposto a ficar aqui a qualquer momento para buscar caminhos para resolver esses problemas pontuais, porque isso faz parte da vida de muitos cidadãos.

Quero aqui dizer que me preocupa muito o seguinte - é aquilo que eu falei -: Que qualidade de serviço nós vamos ter no Judiciário, se alguns ganham... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Concedo mais três minutos para o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Que qualidade de serviço nós vamos ter no Judiciário, se alguns ganham R\$22.000,00, outros ganham R\$100,00, R\$200,00 de vencimentos! Que qualidade nós vamos ter?! Aliás, ninguém quer inserir no serviço do Poder Judiciário mais! Acabei de dar um exemplo aí: foi chamado o pessoal do concurso e ninguém quis trabalhar.

Então, eu quero aqui só dizer que o papel nosso como Parlamentar é de articular. Nesta Casa já articulou muita coisa, já conseguiu conduzir muitos encaminhamentos e nós podemos também ajudar nesse encaminhamento dos servidores do Judiciário (PALMAS).

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma questão de Ordem, não é nem pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu iria conceder a palavra, pela Ordem, a ilustre Deputada Verinha Araújo, mas eu vou conceder a palavra, para uma questão de Ordem, ao nobre Deputado Riva.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

É lógico, senhores, que esse assunto é um problema sério que a categoria está vivendo, mas eu gostaria, logo em seguida, que nós nos ativéssemos à peça Orçamentária como um todo. Se nós ficarmos aqui, pela Ordem, para uma questão de Ordem aqui, nós não vamos avançar nesse número.

Com a palavra, para uma questão de Ordem, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, eu quando faz uma questão de Ordem é apenas para corrigir uma injustiça.

O Deputado Zé Carlos do Pátio diz que nenhum servidor quis, aceitou o chamado dos servidores contratados. Não é verdade. Faz cinco anos o concurso, eu já perguntei no Judiciário, os que não aceitaram é porque já fizeram outros concursos, já estão em outros cargos.

Nós não podemos ficar desvalorizando assim, gente, existe um índice de desemprego muito elevado. Só que está aqui é que sabe. Todo mundo vai defender a categoria de vocês, mas também não vamos querer exacerbar. Eu quero pedir para vocês que tenham compreensão, o Legislativo sempre foi parceiro e vai continuar sendo, tanto é que os nossos servidores são bem pagos (VAIAS). Nós acabamos de fazer um projeto de lei de 10% de realinhamento. Então, o Poder Legislativo está consciente de que tem que melhorar o salário, mas não podemos exagerar! Sou aliado na proposta de vocês, mas não adianta usar aqui, eu quero a compreensão de vocês porque nós estamos aqui para travar um debate, vocês aplaudem o Deputado Zé Carlos do Pátio a hora que vocês quiserem, mas vocês têm o dever de me ouvir.

Então, eu quero pedir a vocês, Sr. Presidente, eu quero pedir a vocês que eu não vim aqui buscar aplausos, eu já ajudei muito a categoria de vocês em outras discussões, os oficiais, outros que o digam, vou continuar ajudando, mas não aceito injustiça. Acho que é uma injustiça o salário que vocês ganham? Acho. Mas nem por isso vou aqui dizer: olha, ninguém quis. Não é verdade! Todos que foram chamados e que não tinham um outro emprego, aceitaram! Eu fiquei sabendo disso e fui buscar essa informação. Então, para que vamos exagerar nisso? Pode ter um ou dois casos que não aceitaram. Aqui nesta Casa, em cada gabinete, tem muitos pedidos de emprego. Hoje teve uma menina que me ligou, o nome dela é Rúbia, tem o telefone dela aqui: “Deputado, pelo amor de Deus, trabalho por um salário mínimo.” Não vamos dizer que vocês têm que trabalhar por um salário mínimo que é sacanagem, mas nós estamos dispostos a ajudá-los, mas acreditar que a Assembléia Legislativa não vai votar o Orçamento, me desculpe o Deputado Zé Carlos do Pátio, com toda sua experiência, a Assembléia Legislativa vai e tem que votar, nós vamos cumprir o nosso papel, mas vamos ajudar vocês também (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, a ilustre Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Rapidamente, primeiro eu até já coloquei aqui para o Deputado Riva que a receita do Estado este ano, se houve uma queda...

Vocês viram o Governador peitar a pior crise possível para o ano de 2006, por isso o debate desse orçamento agora, falando da história do contingenciamento, porque o Governador está projetando uma possível postergação da crise e queda da receita, o que ocorreu este ano, e foi nos meses de setembro e de outubro, uma queda que ocorreu no mesmo período do ano de 2005.

Inclusive, Deputado Riva, não sei se Vossa Excelência tem as informações, mas gostaria de saber da Secretaria de Fazenda se a queda acentuou de fato no mês de novembro para dezembro, de acordo com as projeções que a Secretaria de Fazenda fez, por isso fazendo uma projeção de queda para o ano de 2006. Eu queria essas informações, Secretário Yênes, se Vossa Excelência tem nos passe, porque não é verdade que houve uma queda acentuada, houve uma queda mínima, eu estou com os dados aqui do ICMS e ele de fato atingiu a meta para o ano de 2005.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Quando Vossa Excelência cobrou, o Deputado Riva cobrou a participação da União, eu quero informar todos e todas aqui que os recursos de transferências da União para o Estado esse ano ampliaram mais de quarenta por cento. Então, houve uma ligeira queda em setembro e outubro e foram recompensados pela ampliação da transferência da União nos índices, no caso, no setor da Educação, FUNDEF, SUS e CIDE. Isso segurou, inclusive, essa queda mínima que houve do ICMS nesses meses. Então, é preciso fazer esse reconhecimento aqui. Fica parecendo que o Governo Federal está tirando dos Estados enquanto que nós observamos que houve uma ampliação bastante significativa no ano de 2005.

Com relação aos servidores do Tribunal de Justiça, eu acho que o Tribunal como um todo, e aí aqueles que dirigem o Tribunal precisam sentar com os servidores da Justiça, Deputado Riva, porque a Justiça de Mato Grosso precisa se modernizar, nós estamos vendo aí ampliação de comarcas, criação de fórum, não tem concursos para os servidores, uma série de servidores contratados, aí entra a questão do nepotismo, dos parentes que estão nos cargos que nós precisamos ver (PALMAS).

Nós só vamos superar isso com concurso público, qualificando quem está, melhorando salários de quem está, e o Tribunal precisa abrir esse debate. Por isso a Assembléia, num momento seguinte a este do orçamento, precisa discutir isso com o Tribunal, porque nós ampliamos vagas para Desembargadores, Comarcas, etc, votamos uma série de cargos de confiança para amparar isso e não estamos fazendo concurso no Tribunal e nem melhorando salário base do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Mais um minuto para a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Obrigada. Então, eu quero dizer Deputado Silval Barbosa, o senhor que inclusive recebeu os servidores na semana passada, que assim como o Ministério Público Estadual, o próprio Tribunal de Contas e a própria Assembléia está abrindo esse diálogo, nós queremos também que o Tribunal de Justiça abra também com os servidores porque dinheiro não é problema no Tribunal. Eu já disse aqui, é um dos Poderes que mais ampliou recurso e tem ampliado bastante. Portanto, tem que fazer um choque de gestão interna para resolver essa demanda que vocês estão apresentando. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu quero fazer uma pergunta quem é servidor do Tribunal de Justiça aqui? Por favor, levante a mão. Do Poder Judiciário? Desculpe-me. Ótimo. Eu vou pedir a compreensão de vocês, eu marquei audiência para nós tratarmos da categoria. Aí ao invés de nós levarmos o Dr. Mauro lá no gabinete podemos até convidá-lo para vir aqui. Então, trataremos do salário de vocês. Agora, nós estamos tratando do orçamento.

Portanto, até o Presidente solicitou para falar novamente. Mas nós estamos tratando do Orçamento. No momento certo nós vamos tratar da categoria. Porque, senão, nós vamos misturar. Daqui a pouco, já está na hora e nós temos que concluir aqui a nossa Audiência que trata do Orçamento. Vocês já viram, conheceram a peça orçamentária e viram o que tem para o orçamento do Poder Judiciário. Portanto, aí dará para fazermos um diálogo com o Dr. José Mauro Bianchini sobre o que vocês viram e sobre a categoria. Porque, senão, nós vamos misturar os debates e não vamos concluir a Audiência Pública sobre o Orçamento.

Então, daqui a uns dez, quinze minutos, assim que terminarmos, nós vamos falar da categoria do Poder Judiciário.

Tem mais algum Deputado que quer fazer uso da palavra? (PAUSA).

Com a palavra, o Sr. Secretário Yênes Magalhães.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Sr. Presidente Silval Barbosa, na verdade, nós estamos discutindo o Orçamento, mas vale registrar que hoje o Tribunal de Justiça tem o comprometimento de 5,58% da Lei de Responsabilidade Fiscal com pessoal. O que o Governador Blairo Maggi fez, pela primeira vez, e isso tem que ser ressaltado, foi garantir para o Tribunal os 6%. Agora, se o Tribunal vai aplicar os 6% é decisão do Tribunal. Tem a autonomia dos Poderes. Quer dizer, é isso que o Presidente está colocando que será discutido daqui a pouco. Mas essa garantia, com toda dificuldade... Eu disse na minha fala que ouviríamos o Deputado Riva falar porque ele tem brigado diariamente comigo e com o Secretário Valdir em relação a essa queda. É uma queda que ninguém espera que, realmente, venha se concretizar. Nós esperamos que, a partir de janeiro, já estejamos, Deputado Riva, no fim do poço. E a partir de agora a tendência é recuperar. Até porque a partir de 1º de janeiro o Governo Federal repassa a questão da fiscalização das florestas, no caso da madeira, para a SEMA, isso deve voltar à normalidade. A Operação Quimera, que o Ministério Público desencadeou, identificou as pessoas que estavam sonhando, houve toda uma repactuação dessa dívida. Quer dizer, tudo isso deve trazer, novamente, à normalidade.

Eu só peço a palavra, Deputado Silval Barbosa, para fazer alguns esclarecimentos. Primeiro, ontem o Deputado Eliene fez uma ponderação muito interessante lá em São José dos Quatro Marcos, quando disse lá que os países do Primeiro Mundo passam três quartos do ano discutindo orçamento, porque, na verdade, quando discutimos orçamento, apesar de ser uma peça muito técnica e as pessoas não gostarem muito de trabalhar com números, mas ele diz respeito a vida das pessoas. É através do Orçamento que vai definir salário, que vai definir saúde, educação, segurança, então, é uma coisa bastante interessante.

Eu faço um apelo aos Srs. Deputados, ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado Carlão Nascimento, que sejam feitas essas discussões não só com o Secretário de Planejamento, mas com cada Secretário finalístico, o Secretário de Saúde, o Secretário de Educação, o Secretário de Segurança, que nós possamos estar nesta Casa discutindo, durante o ano, independente de ter aprovado esse orçamento ou não, para que possamos discutir o que está em andamento e, principalmente, os próximos anos. A coisa é muito rápida. Todo ano que somos convocados pelos senhores, nós estamos aqui, eu estou aqui com o Dr. Arnaldo, com a equipe nossa, para prestar esses esclarecimentos.

Em relação ao contingenciamento, Deputada Verinha Araújo, na verdade, ele fere um pouco a autonomia dos poderes, mas é um acordo que foi feito entre os chefes de poderes, o Dr. Paulo Prado, o Deputado Silval Barbosa, o Presidente Dr. Jurandir de Lima, o Dr. Fábio, quer dizer, houve um acordo, e o Presidente Ubiratan Spinelli, no sentido de colocar isso na lei. Não havia necessidade. A Própria Lei de Responsabilidade Fiscal, que amarra em 6% o pessoal do Tribunal de Justiça, do Poder Judiciário, ela estabelece que o Poder tem dois meses para fazer adequação para não ultrapassar esses 100%; se não fizer, o Governador é obrigado a fazer esse contingenciamento. Ele é obrigado.

Na verdade, o que aconteceu foi nós colocarmos isso, uma garantia não em relação aos poderes, isso hoje existe, eu falei na abertura aqui, Deputado Joaquim Sucena, do relacionamento que existe entre os poderes, hoje, em Mato Grosso, a confiança entre os poderes. Mas a preocupação do Governador, que ressaltai aqui, é em relação aos Srs. Prefeitos, de nós aprovarmos um valor que possa colocar em risco, uma vez que a maioria das prefeituras depende do repasse do FPM.

A Deputada Verinha Araújo colocou aqui a lei que está na Assembléia. Ele pede transposição, Deputada Verinha Araújo, porque os órgãos, quando chega o final do ano, está com orçamento sobrando, aconteceu com a Assembléia Legislativa. A Assembléia Legislativa estava

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

com o orçamento de pessoal sobrando e precisava de custeio/investimento. E a lei que os senhores aprovaram no ano passado, e uma emenda da senhora, proibia fazer esse remanejamento.

Então, o que fizemos naquele momento? A sorte é que a Secretaria de Planejamento tinha um excesso de custeio/investimento e eu passei para a Assembléia Legislativa do meu orçamento. Quer dizer, nós estamos pedindo essa transposição para que quando chegue o final do ano, por exemplo, se na Assembléia Legislativa sobrar um orçamento para custeio e não poder passar para investimento e nem para pessoal. É isso o que estamos pedindo nessa autorização. Estamos pedindo autorização para a transposição.

Outro fator muito importante também que foi colocado, que nós temos a obrigação, como gestor público, de trazer à realidade da população, porque não são só as pessoas que estão aqui que estão nos assistindo, a TV Assembléia está transmitindo, quer dizer, o Estado de Mato Grosso todo está assistindo, Deputado Joaquim Sucena, a Lei de Responsabilidade fiscal amarra em 60% o gasto do Estado, de qualquer Estado, com pessoal. Acontece que a Secretaria do Tesouro Nacional, porque Mato Grosso é um dos Estados mais endividados, essa dívida está pactuada em 40 anos, a Secretaria do Tesouro Nacional estabelece outro patamar, que não é o da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela amarra em 49% do total de todos os Poderes. Então, não é 60%, mas 49%. Por isso o Executivo hoje está com 39%. Por quê? Porque é o que nós podemos atingir neste momento para que possamos, junto com os outros Poderes, cumprir as determinações da Secretaria do Tesouro Nacional. Quer dizer, além da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós temos que cumprir também a determinação da Secretaria do Tesouro Nacional, senão teremos os recursos do Estado bloqueado.

Eu quero ressaltar, Deputado Riva, a preocupação em relação a Lei Kandir, quando Vossa Excelência disse que Mato Grosso teria direito este ano a 900 milhões da compensação da Lei Kandir, fundo exportação e o Governo Federal colocou no Orçamento 2005, 135 milhões e são esses 135 milhões que nós estávamos esperando para o ano que vem. Só que como o Presidente Lula vetou a LDO, então Vossa Excelência sabe que no orçamento da União não pode vir mais como compensação da Lei Kandir e nem fundo exportação. Ele tem que vir de outra forma. Os Governadores estão reunidos, discutindo. Foi feita uma proposta pelo Ministro Palocci, mas o Governador Blairo Maggi não aceitou essa proposta, porque seria pagar isso que nós temos direito em parcelas ao longo de vários longos anos.

Quer dizer, o nosso Governador já ligou para todos os Governadores dos Estados produtores que são 10 Governadores e disse que essa proposta não aceita. E para que todos saibam, há necessidade de aceitação de todos os Governadores. Um Governador que não aceitar, não é aprovada a proposta, porque o CONFAZ só aprova por unanimidade, não aprova por maioria. Então, tem que ser unanimidade. E o Governador Blairo Maggi falou: “Dessa forma eu entro na Justiça”. Já determinou ao Procurador-Geral do Estado para preparar toda a documentação para entrar na Justiça, porque o mínimo que nós podemos fazer é brigar por esses 135, já que nós teríamos direito, na verdade, de 900 milhões, que era a compensação da exportação já que Mato Grosso não quer se tratado melhor do que ninguém. Mato Grosso quer ser tratado com respeito, porque é o Estado que mais colabora na balança comercial brasileira. Se ele colabora, ele precisa ser ressarcido para que esses recursos retornem e nós possamos aplicar nas políticas públicas de saúde, segurança, de educação e também automaticamente melhorar salário de todo mundo, porque se tivermos recurso nós poderemos utilizar os outros recursos de outras formas.

Eu agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, Deputado Silval Barbosa.

Quero cumprimentar o Deputado Dilceu Dal Bosco, que chegou neste momento. E nos colocar à disposição a partir deste momento. A Audiência Pública está se encerrando, mas tal

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

qual como nos outros anos, eu, toda equipe, Arnaldo, Rejeane que está aqui conosco, estamos à disposição de Vossas Excelências. Deputado Carlão Nascimento, Vossa Excelência, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, estamos à disposição de Vossas Excelências durante este processo de discussão do orçamento do Estado de Mato Grosso.

A Sr^a Verinha Araújo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Secretário Yênes Magalhães, eu queria que Vossa Excelência me respondesse ao questionamento que eu fiz...

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHAES - Em relação ao ICMS de 2005?

A SR^a VERINHA ARAÚJO - O ICMS sobre esse Projeto do FETHAB, sobre esses dois fundos que eu não sei se os colegas Parlamentares já estudaram, mas fica difícil votar esses dois fundos tirando 44 milhões do FETHAB de investimento para fundo que, na verdade, hoje, nós já estamos dando isenção para a soja, para o boi. Votamos uma lei recente aqui incentivando inclusive a saída do boi do Estado para outros para o abate e agora vamos tirar do dinheiro do FETHAB para esses fundos e vamos perder 44 milhões de investimento. Eu queria que o senhor respondesse isso.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Em relação ao ICMS do Estado, a previsão que nós recebemos, hoje, é de uma queda... Finalizando dia 31 de dezembro, de cento e sessenta e dois milhões de reais, que é a queda do ICMS de 2005 do Orçamento que os senhores aprovaram. É cento e sessenta e dois milhões de reais que vai ser fechado no final do ano. É a previsão hoje.

Em relação a essa retirada, o Secretário Clóves Vettorato, numa discussão com o Sr. Governador e toda equipe econômica do Governo, em relação ao FETHAB, é porque na verdade, hoje, o Estado precisa, não o Estado, o Executivo, mas o Estado de Mato Grosso, ele precisa fazer frente à determinadas iniciativas. Por exemplo, o que está acontecendo, hoje, em relação à febre aftosa. Acabaram de descobrir mais um foco de febre aftosa lá no Paraná e a Rússia fechou a importação da carne de Mato Grosso. E o país que mais compra a carne de Mato Grosso é a Rússia. Então, nós deveremos ter uma perda que deve começar a ocorrer a partir de fevereiro do ano que vem. Mas, precisamos investir, por exemplo, numa campanha publicitária em nível mundial lá na Rússia, mostrando que a carne de Mato Grosso tem segurança. Como vai ser feita essa campanha? Nós não podemos tirar dinheiro do FETHAB para fazê-lo. Então, de que forma seria? O setor que paga o FETHAB, porque na verdade os empresários já pagam os impostos, pagam o FETHAB, fazem consórcios com o Estado de Mato Grosso, eles estariam de uma certa forma, através de seus segmentos, no caso dos Conselhos da soja, da carne, de todos os Conselhos, de por exemplo, fazer uma publicidade fora do Brasil. Quer dizer, é uma das justificativas. Nós temos outras que é necessário. Na verdade, seria um investimento na cadeia. É esse o objetivo de garantir com que de alguma forma você tenha, porque não adianta pensar que vai chamar os empresários e falar e pedir dinheiro para fazer uma campanha a favor do Estado de Mato Grosso. Infelizmente, Mato Grosso do Sul é limítrofe de Mato Grosso, houve a questão da febre aftosa. Depois, Paraná, que é muito mais longe, fecharam a saída de carne de Mato Grosso. Quer dizer, precisa ser feita uma campanha na Rússia, em relação à qualidade da carne em Mato Grosso. É um dos motivos.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Mas tem dinheiro da Comunicação para isso, não tirar dinheiro de investimento...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Não! Não seria dessa forma, porque para o Estado fazer uma campanha dessa... Quer dizer, esse Conselho que será formado, que vai para esse Fundo, ele teria representatividade de todos os segmentos, para fazer realmente o acompanhamento. E mais do que ninguém, a Assembléia Legislativa é a Casa das Leis, é ela que vai estabelecer esses critérios do Fundo para que possa fazer, realmente, o acompanhamento e garantir que esses recursos que vão sair do FETHAB, atuem na cadeia produtiva, no caso da soja, por exemplo.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu só queria sanar uma dúvida... Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Deputado, pode fazer o questionamento, e se tiver mais algum Deputado que queira fazer questionamentos, façam-no que o Secretário Yênes responderá ao final.

Quero registrar a presença dos Deputados Chico Daltro e Dilceu Dal Bosco.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Primeiro, eu quero fazer uma crítica a essa pressão da criação desse Fundo, porque um Governo que tem uma visão capitalista e o capitalismo é o livre mercado, ele não pode pegar e criar um corporativismo criando um Fundo para tentar buscar mecanismos para ver subsidiar alguns setores.

Eu acho que quem o Governo tem que subsidiar, são as políticas sociais. E não subsidiar alguns setores, alguns setores capitalistas, alguns comerciantes, alguns empresários, é aí que está o erro.

Inclusive, eu queria fazer uma pergunta a Vossa Excelência: Vossa Excelência até hoje não apresentou uma planilha onde eu requeri a Vossa Excelência a respeito da aplicação dos incentivos fiscais de Mato Grosso. Aqui no Estado de Mato Grosso nós não temos controle do incentivo fiscal. Cada secretaria tem um incentivo e faz como quer. Deveria ter um setor e um planejamento que cuidasse dos incentivos fiscais, da cultura, do algodão e da soja. E aqui. Eu quero sugerir a Vossa Excelência, que se o Estado está em crise, por que nós não acabamos com alguns incentivos fiscais? Na minha opinião, não é incentivo fiscal, é renúncia fiscal. Dinheiro que poderia estar aplicando no social, estão investindo em alguns setores e favorecendo alguns setores.

Aliás, eu quero elogiar o Governador Blairo Maggi numa questão: no final do Governo Dante de Oliveira, ele criou o incentivo do álcool, o Governador Blairo Maggi acabou com o incentivo do álcool porque não precisava mais do incentivo do álcool.

Então, eu queria dizer a Vossa Excelência, primeiro, que não existe no planejamento um controle dos incentivos fiscais. Se esses incentivos fiscais estão beneficiando o Estado, nós só estamos tendo custo e o Estado está perdendo dinheiro. Por que Vossa Excelência não apresenta um controle? Será que está escondendo da sociedade alguma coisa? Deixa-me em dúvida, Secretário, porque até hoje eu não tenho informação! Vossa Excelência escondeu em sete chaves as informações.

Então, nós queremos saber, até porque eu solicitei através de requerimento e até hoje não tivemos essa informação.

O que é que está acontecendo? Eu acho que um Governo que tem uma visão de planejamento, ele tem que gradativamente acabar com esses incentivos, tem que gradativamente fazer políticas públicas para que o dinheiro público seja distribuído renda através de investimentos em saúde, em educação, em salários, enfim, em qualidade de vida.

Então, eu quero deixar essa pergunta a Vossa Excelência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o nobre Deputado Chico Daltro.

O SR. CHICO DALTRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada, Secretário, assistência aqui presentes.

Secretário Yênes, o que eu queria colocar, mais objetivamente, eu venho nesses três anos, até 2005, lutando e aprovado todo ano uma Emenda, um recurso no valor de um milhão de reais para atividade de despoluição do Rio Cuiabá. Acho lamentável que não se tenha tido, em nenhum momento, nesses últimos anos, eu tentei isso no Governo passado também, que tenha um objeto definido, algum mínimo recurso que seja e se algum tempo atrás o Governo já tivesse contratado, expedido algum valor para contratar, pelo menos a elaboração de um projeto mais objetivo na despoluição do Rio Cuiabá, já poderia angariar recurso em cima desse projeto, tanto do próprio Governo Estadual, prefeituras dos municípios banhados pelo Rio Cuiabá, principalmente Cuiabá e Várzea Grande, e principalmente alavancar recursos a nível nacional e internacional até, mas precisa existir um projeto de despoluição do Rio Cuiabá que no Mato Grosso inteiro, no Estado todo é o rio mais poluído, a importância que tem. Nós tentamos até colocar e entendo até como redundância no PPA, lamentavelmente o Governo vetou, mas nas atividades de saneamento proposto no PPA e no Projeto do Orçamento, nós vamos voltar novamente com a nossa Emenda de destinar um milhão de reais para o objetivo da despoluição do Rio Cuiabá. Eu estou colocando aqui para Vossa Excelência no sentido de já ir analisando, colocar ao Governo, vamos levantar isso em Plenário novamente, fazer essa disputa em plenário para aprovar essa Emenda e nós vamos fazer um trabalho maior durante o exercício de 2006 para que o Governo efetive. Nós já tivemos essa emenda aprovada em orçamento e lamentavelmente no ano de 2003, 2004, foi vinculado à Secretaria do Meio Ambiente e não foi executada essa proposta nossa.

Então, estou colocando aqui em nível de planejamento, Vossa Excelência já está sabendo disso e nós vamos sustentar essa emenda em nível de Plenário. Todas as entidades envolvidas com esse interesse aqui no Município de Cuiabá estão se articulando no sentido de defender essa proposta e que seja um recurso inicial. Pelo menos que se possa contratar a elaboração de um projeto técnico, com objetivo de uma ação de despoluição do rio Cuiabá, e que esse recurso possa ser a porta de entrada para articulação em nível federal, com possibilidade de recurso até em nível internacional, para viabilizar o aumento dessa verba e termos um projeto efetivo que não está mais na proposta de Governo ter um projeto efetivo para despoluição do rio Cuiabá.

Então, eu gostaria Sr. Presidente, junto com o Deputado Zeca D'Ávila, Deputado Alencar Soares, Deputado Eliene, nós estávamos na reunião agora da Comissão de Constituição e Justiça que coincidiu nesse horário com muitas matérias, inclusive matérias do Governo a serem apreciadas nessa tarde, mas naturalmente aqui, enquanto alguns Deputados estão em reuniões de outras Comissões, vamos acompanhando pelos outros Deputados presentes nas várias reuniões para estarmos sintonizados nas discussões e apreciações para votação do projeto em Plenário.

Gostaria apenas de destacar aqui que nós estaremos sustentando essa emenda e gostaríamos que o Secretário de Planejamento já colocasse em nível de Governo a avaliação para o entendimento da absorção dessa emenda, e que o Governo tenha em 2006 uma ação efetiva num projeto de despoluição do rio Cuiabá. Era essa discussão nessa oportunidade. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Só reforçando aqui Deputado Chico Daltro, Deputado Alencar Soares, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça juntamente com o Deputado Chico Daltro, Deputado Dilceu, Deputado Eliene e Deputado Zeca D'Ávila estavam na Comissão de Constituição e Justiça onde apreciaram em primeira quinze

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

mensagens hoje do Governo. Estão também acompanhando pela TV Assembléia e Rádio Assembléia que está sendo transmitida para todas as salas da Assembléia e também pela Internet. Essas matérias estão indo direto para a nossa Internet.

Com a palavra, o Sr. Secretário Yenes Magalhães, para responder aos questionamentos e solicito a conclusão do seu pronunciamento nesta Audiência Pública.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Em relação à solicitação do Deputado Zé Carlos do Pátio, na verdade, eu estive conversando com Vossa Excelência há algum tempo. Pela primeira vez na história deste Estado criou-se um Conselho de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, composto por todos os Secretários que têm Fundo ou incentivo: pela Assembléia Legislativa, pela Federação da Indústria, pela Federação da Agricultura, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura e também da Federação da Indústria e do Comércio e pelo Reitor da Universidade. Um Conselho que é para deliberar sobre todos os Fundos do Estado de Mato Grosso e sobre todos os incentivos. Só que isso foi uma exigência também do Tribunal de Contas, do Conselheiro Valter Albano. Nós apresentamos um plano de trabalho, dizendo que não teríamos condições de fazer aquilo que o Tribunal estava pedindo, porque o Estado nunca teve controle sobre esses incentivos. Nós apresentamos uma proposta de trabalho de até 2008 estar com o sistema totalmente informatizado para que qualquer cidadão possa ter controle sobre isso. Essa proposta foi aprovada pelo Tribunal de Contas. Nós já a encaminhamos à Assembléia Legislativa. E, infelizmente, o Presidente desse Conselho sou eu. É um Secretário que não tem fundo, nem incentivo, dentro da sua Secretaria, mas que tem o papel de coordenar toda essa ação.

Eu quero aproveitar a oportunidade para dizer que está faltando representante da Assembléia Legislativa. É o único Conselho do Estado do qual o Governador Blairo Maggi participa de todas as reuniões. Toda última quinta-feira do mês, às 14:00 horas. Essa reunião acontece na Sala de Reuniões da Secretaria de Planejamento. Eu presido e o Governador participa. É o único Conselho, porque ele é o Conselho Superior do Estado. Todas as políticas hoje têm que passar por esse Conselho. Agora, vai levar um tempo, porque você tem que trabalhar. Inclusive, nós temos que rever a questão das leis desses incentivos, porque tem incentivo que foi dado através de resolução, através de decreto, através de portaria. Nós estamos com uma equipe de quatro gestores governamentais, da SEPLAN, elaborando leis específicas para cada segmento. Então, no começo do ano os senhores receberão lei específica para cada segmento, não da forma como ela é concedida hoje. Então, isso leva um tempo. Eu gostaria de ter atendido o senhor antes, mas nós temos evoluído bastante nesse controle.

Em relação à questão de incentivos fiscais, eu discordo um pouco do senhor. Tem muita gente, dentro da própria SEPLAN há pessoas que têm posições diferentes da minha. A guerra fiscal, porque esse é o verdadeiro nome, acontece no Brasil todo. Ai daquele Estado que não fizer. Hoje, nós temos Bahia e Goiás como Estados referência, por quê? Por causa da guerra fiscal. Não adianta. Se você corta de um lado, ele oferece luz, água, oferece asfalto, oferece todas as facilidades para que o empresário possa se instalar nesse Estado, lógico, ele vai ter dez anos, vinte anos de incentivo, de renúncia do seu imposto, mas ele gera emprego e depois você, também, acaba agregando de outras formas outros impostos, porque o setor não é fixo, sempre tem algo circulando em volta que também participa disso.

Então, eu sou favorável à política de incentivos fiscais. Concorde com o senhor, concordo com todos os Deputados que já tive a oportunidade de conversar, o que faltava ao Executivo, ao Estado de Mato Grosso, era um controle maior sobre esses incentivos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Então, nós estamos discutindo, hoje, os indicadores desses incentivos para ver se realmente o empresário está alcançando. Se ele fez uma proposta, ele tinha dez funcionários, ele propõe com incentivo, ele vai passar para cinquenta funcionários? Será que ele passou?

Então, esse levantamento que não era feito antes, e a partir deste momento nós estamos começando todo esse trabalho, infelizmente, porque os outros, antes de nós, não fizeram. Então, nós estamos buscando dar transparência à questão dos incentivos e de fazer um acompanhamento integral dele para toda sociedade mato-grossense.

Deputado Silval Barbosa, eu quero, mais uma vez, agradecer e nos colocar à disposição de todos da Assembléia Legislativa, de todos os Srs. Deputados, durante esse período de discussão do Orçamento, é um período muito curto. Eu sei que nós fomos o maior responsável por isso, porque o Orçamento chegou no dia 30 de setembro, mas devido a essa queda na arrecadação, nós pedimos para os senhores que suspendessem a análise do Orçamento, e nós só retomamos há dez dias, na última segunda-feira. Então, isso prejudicou muito os senhores estarem neste ano fazendo discussões mais aprofundadas.

Nós não gostaríamos que ocorresse dessa forma, mas nos colocamos à disposição dos senhores para maiores esclarecimentos e contribuir com os senhores na discussão das emendas para que possamos ajudá-los nesse papel que está sobre a responsabilidade de vocês de votar o Orçamento para 2006.

Perdão! Deputado Chico Daltro, eu acho que mais do que nunca, o momento é extremamente oportuno. O que era dito antes é que não adiantava a Secretaria de Meio Ambiente, a FEMA, na época, fazer a aplicação de um milhão, ia ser uma gota no oceano para resolver o problema do rio Cuiabá. Nós acabamos de ver, na semana passada, na quinta-feira, o Secretário Marcos Machado, assinando convênio com prefeitos da Baixada Cuiabana, em parceria.

Há hoje uma determinação do Governador Blairo Maggi e do Governador Zeca do PT, de Mato Grosso do Sul, e não é mais Projeto Pantanal, o Governador Blairo Maggi está chamando de Projeto Pantaneiro, porque é para executar política ambiental na Bacia do Paraguai, que vai formar o Pantanal, exequível, que realmente aconteça. Então, o Secretário Marcos Machado acabou de assinar esse convênio com os Srs. Prefeitos e, mais do que nunca, essa emenda do senhor será extremamente importante para concretizar as ações de saneamento nas cidades da Baixada Cuiabana, formadoras do Pantanal.

O Sr. Chico Daltro - Secretário, só para colocar da oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - O Deputado Chico Daltro ainda tem um questionamento.

O SR. CHICO DALTRO - Um aparte ao Secretário.

Dependendo do valor, esse é um valor inicial que pode atrair recursos de outras instâncias, porque nenhuma caminhada começa sem o primeiro passo. Naturalmente, se fôssemos pensar num projeto inteiro de despoluição do Rio Cuiabá não daria um milhão de reais, mas nós temos que começar pelo menos pela elaboração do Projeto.

Então, eu agradeço pela atenção de Vossa Excelência a respeito da visão em relação a essa emenda. Nós vamos colocar nas atividades fins da SEMA esse carimbo dessa emenda e um milhão seria destinado a um projeto de despoluição do rio Cuiabá.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - A título de informação, essa matéria foi reformulada, veio outra mensagem, um substitutivo praticamente, está tramitando na Casa desde o dia 30 de setembro e nós temos o prazo regimental e constitucional até o dia 15 de dezembro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Nós sabemos que dificilmente conseguiremos ajustar, mas o Deputado Carlão Nascimento, que é o Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária tem uma equipe eficiente, junto com a assessoria jurídica da Casa e estarão debruçados no Orçamento, fazendo o ajuste, recepcionando emendas e nós só poderemos entrar em recesso após aprovada a peça Orçamentária.

Portanto, não havendo...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Eu quero fazer um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colega Deputados, Deputado Carlão Nascimento, quero pedir à Mesa Diretora e à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária para que tenha paciência conosco, Parlamentares, porque essa peça foi extremamente estudada pelo Governo. Ela entrou nesta Casa dia 30 de setembro, mas quero aqui dizer que pela Constituição o correto seria dia 31 de outubro, porque seriam quatro meses antes, mas a Constituição Estadual dá três meses.

Mas eu quero colocar a Vossa Excelência que teria que ter complacência conosco, porque houve muitas dúvidas sobre a situação que estava no orçamento. Tira o orçamento. Coloca o orçamento. Tira o orçamento. Reanalisa. Faz contingenciamento. Então, agora que a nossa assessoria está debruçando... Este final de semana a minha assessoria jurídica trabalhou no orçamento. E eu quero pedir à Mesa que fosse compreensiva conosco. E o Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que é um Deputado que sabemos ser compreensivo, que nos ajude nesse orçamento, que tenha paciência, principalmente a Bancada mais independente desta Casa, porque estamos estudando o orçamento e pedimos a sua compreensão. Eu tenho certeza de que o Presidente da Assembléia Legislativa também terá essa compreensão, essa complacência conosco. Quero deixar essa observação em pauta, até porque eu acho que não pode sacrificar esta Casa de Leis, Deputado Silval Barbosa. Esta Casa tem que ter oxigênio para estudar, debruçar e poder avaliar esse orçamento da melhor forma possível.

Era só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu defiro o pedido de Vossa Excelência.

Nós estivemos em Quatro Marcos, ontem à noite. Debates das 20:00 horas até às 23:40 horas esse orçamento com aquele pólo, todo o pólo do Noroeste lá. Foram recepcionadas ali todas as reivindicações e agora vamos discutir. A Mesa Diretora terá todo o prazo. Só colocaremos em plenário assim que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e o Relator nos entregar o relatório, após analisado, estudado e discutido com a Secretaria de Planejamento. Só vamos por em votação quando chegar em nossas mãos.

Portanto, não havendo mais nenhum orador, nem um questionamento, agradeço a Deus e a todos os Srs. Deputados.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Isabel Luíza Lopes;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2006, REALIZADA NO
DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão.